

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

**A DECOLONIALIDADE NA MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO: Uma análise dos
trabalhos apresentados no GT3 ENANCIB**

Juliana Buzinaro Andrikonis

São Carlos –SP
2022

JULIANA BUZINARO ANDRIKONIS

A DECOLONIALIDADE NA MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO: Uma análise dos trabalhos apresentados no GT3 do ENANCIB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela Universidade Federal de São Carlos.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Gracioso

São Carlos – SP

2022

Andrikonis, Juliana Buzinaro

A DECOLONIALIDADE NA MEDIAÇÃO DA
INFORMAÇÃO: Uma análise dos trabalhos apresentados
no GT3 do ENANCIB / Juliana Buzinaro Andrikonis --
2022.
88f.

TCC (Graduação) - Universidade Federal de São Carlos,
campus São Carlos, São Carlos
Orientador (a): Luciana de Souza Gracioso
Banca Examinadora: Marilia Winkler de Moraes, Paula
Regina Dal'Evedove
Bibliografia

1. Mediação da Informação. 2. Decolonialidade. 3.
ENANCIB. I. Andrikonis, Juliana Buzinaro. II. Título.

A Decolonialidade na mediação da informação: uma análise dos trabalhos apresentados no GT3 ENANCIB

Juliana Buzinaro Andrikonis

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela Universidade Federal de São Carlos.

Aprovado em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora

Profa. Dra. Luciana de Souza Gracioso

UFSCar

Membro da Banca

Me. Marília Winkler de Moraes

UFSCar

Membro da Banca

Profa. Dra. Paula Regina Dal'Evedove

UFSCar

Dedico esse trabalho à memória de Markus Vinícius Baptista do Nascimento para não esquecermos da importância de resistir.

AGRADECIMENTOS

Eu não me formei sozinha. Não acredito que alguém consiga chegar até o fim da graduação sem ter contado com o apoio de sujeitos e instituições que corroboram para esse processo. Várias pessoas contribuíram e participaram do meu desenvolvimento pessoal e educacional; mas dentre elas algumas merecem esse local de destaque.

Primeiramente gostaria de agradecer à UEL, onde tive o início da minha formação com professores maravilhosos, em especial a Prof.^a Dr.^a Luciane de Fátima Beckman Cavalcante que foi minha orientadora de iniciação científica. Tenho muita honra de ter sido orientada por essa mulher ética e competente, que sempre tenta fazer seus alunos pensarem fora da caixa e serem proativos na área. Obrigada por todo seu ensino.

Agradeço ao CNPQ, que me proporcionou uma bolsa de iniciação científica; sem ela teria sido mais difícil me manter em Londrina com o nível de estudo que desejava atingir. Graças a essa oportunidade eu pude ter uma perspectiva acadêmica mais crítica e me preparar para o universo científico.

Agradeço imensamente a alguns dos meus veteranos que me auxiliaram nesse período. Obrigado Ana Maria Miranda que me convenceu a seguir a área acadêmica, sou grata por todas as conversas e orientações, seu senso crítico somados aos textos que me indicava alteraram de modo significativo a forma com a qual eu enxergo a Universidade e o profissional de BCI. Obrigado, Bruna e Gustavo que me acolheram em momentos de vulnerabilidade, não teria conseguido me formar sem o apoio de vocês.

Agradeço imensamente a comunidade da UFSCar que me acolheu após a transferência, principalmente ao Artur da CCBCI. Sem a ajuda dele eu teria muito mais dificuldade em compreender as dinâmicas burocráticas da Universidade e teria perdido a minha vaga durante o processo de transferência externa. Obrigado PET BCI, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Paula Regina Dal'Evedove, por todo o aprendizado. Participar do Programa de Educação Tutorial do curso de BCI permitiu que eu adquirisse maturidade profissional.

Quando falamos em PET pensamos em ensino, pesquisa e extensão - palavras que representam muito bem a atuação profissional da orientadora desse

trabalho. Sou imensamente grata por todas oportunidades que a Prof.^a Dr.^a Luciana Souza Gracioso me proporcionou. Durante minha graduação me envolvi em projetos de pesquisa, como no grupo PRAGMA, no TCC, projetos de extensão e monitoria, sempre orientados por essa profissional ímpar. Agradeço por toda preocupação profissional e liberdade de desenvolvimento que sempre me propiciou. Para mim você é um exemplo de profissional a ser seguido, principalmente por defender uma educação acessível e inclusiva, desconstruindo métodos excludentes, mesmo que altamente difundidos e reforçados.

Inclusive foi a partir da indicação de Luciana que conheci a Marília, que hoje faz parte da banca avaliadora do meu TCC. Obrigado Marilia Winkler De Moraes, pela enorme paciência que teve comigo, por todas as dicas, trocas e correções que realizou. Seus textos me serviram como base para poder escrever os meus. Obrigado por ter se dedicado tanto em suas publicações. Sei que pouco a pouco vamos conseguir impactar mais pessoas para enfim alterarmos a sociedade.

Apesar de todos os dias eu agradecê-lo por todo apoio, não posso deixar de registrar aqui a importância que o Yuri Nicolau Freire teve nesse trabalho. Graças às constantes trocas que tenho com ele, que consegui trazer os resultados desse trabalho da forma que almejava. Ele sugeriu, instruiu e me corrigiu sobre como usar as ferramentas que serão apresentadas para a contagem dos termos de forma otimizada. Além disso, me serviu de grande suporte emocional em cada frustração que tinha com esse trabalho, mesmo que para isso ele precisasse madrugar comigo após um dia de aulas e trabalho. Não teria conseguido concluir esse trabalho sem ele, que já me ajudava em peças de teatro e outras atividades de outros carnavais. É um prazer dividir a minha vida com essa pessoa tão genial, criativa, sensível, justa e preocupada. Sou imensamente grata por tudo isso e espero algum dia conseguir retribuir ao favor.

Por último, mas não menos importante, gostaria de agradecer às pessoas que me ajudaram a manter minha saúde mental durante esses dois anos pandêmicos que segui em lockdown. Agradeço ao LAPREV, por todo o acompanhamento e apoio que me deram após algumas perdas irreparáveis que tive durante a pandemia. Obrigado Nahara Rodrigues Laterza Lopes, por todos os atendimentos psicológicos que me ofereceu, sem eles não seria possível ter criado ferramentas que me permitiram ressignificar diversos traumas, para que eu tivesse uma existência mais leve.

E finalmente, agradeço ao meu grande amigo Jefferson Tadeu Frias, por toda a sua dedicação e cuidado para com seus próximos antes, durante e pós pandemia. Para garantir o bem estar e entretenimento das pessoas ao seu alcance em um cenário quase apocalíptico, ele elaborou com muita dedicação inúmeras mesas de RPG (role-playing game), que realmente impactaram positivamente não só na minha qualidade de vida durante o período de isolamento social, mas também na de outros colegas. Obrigado também, por todo o apoio, paciência e companhia virtual num período de pandemia e luto de amigos e familiares. Dar todo esse apoio às pessoas quando o mundo está em crise é um ato heroico.

Todas essas pessoas merecem um destaque nessa jornada em particular, pois graças a todo esse cuidado, preocupação, amizade e companheirismo, eu posso encontrar forças para continuar. Todas essas pessoas me inspiraram e impactaram diretamente na profissional que vou me transformar, espero também transformar a realidade de outros, tal qual fizeram na minha.

*Ninguém educa ninguém, ninguém se educa
a si mesmo, os homens se educam entre si,
mediatizados pelo mundo*

Paulo Freire, Pedagogia do Oprimido

Andrikonis, Juliana Buzinaro. **A Decolonialidade na mediação da informação: uma análise dos trabalhos apresentados no GT3 ENANCIB**. 2022. 88f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022.

RESUMO

A área de Biblioteconomia e Ciência da Informação reconhece a necessidade de um vocabulário controlado para a identificação e tratamento da informação, entretanto como é esperado de uma sociedade da informação de viés democrático, é inevitável a necessidade de expansão das classes de assuntos, bem como da adaptação das áreas com relação às novas questões tecnológicas, sociais e culturais. Nesse sentido, o trabalho de conclusão de curso a seguir propõe-se a discutir, quais as são as tendências de publicações do GT3 do ENANCIB, a partir da identificação e visibilidade de termos e assuntos de pautas sociais relacionados a decolonialidade, em um recorte temporal de 5 anos, por meio de um levantamento bibliográfico exploratório, analisado sob uma perspectiva quali-quantitativa. A análise do trabalho foi dividida em dois momentos: no primeiro, realizaremos o levantamento de ocorrências de termos representativos da temática decolonial nos trabalhos publicados em todos os GTs, com o recorte temporal dos últimos 5 anos de evento (2016 - 2021); e segundo, faremos uma análise semântica com foco no GT3, com o objetivo de realizar um comparativo entre as duas análises. Nesse sentido, conclui-se que a temática decolonial, é debatida de modo fragmentado a partir de possíveis termos de subcategorias, vinculados à pautas sociais, em especial aos conceitos de resistência, gênero e raça, que tem maior ocorrência nos GTs voltados à abordagens das ciências humanas. Após a análise dos dados, constatou-se que há uma urgência na difusão do termo “decolonialidade” na BCI, tendo em vista os efeitos culturais, sociais e atrasos científicos que ações colonialistas perpetuam não só para os sujeitos usuários da informação, mas também para todos os profissionais, pesquisadores e sujeitos nativos de um padrão de vida não colonial euro americano. Nesse sentido, também buscamos apontar a relação entre a utilização dos termos decoloniais para a visibilidade da temática e dos corpos subalternos que são afetadas pela mesma, tais como população LGBTQIA+, mulheres, população negra e indígena, entre outros, nas publicações do GT3. Pois identificou-se o caráter decolonial, mesmo que não propriamente dito, marca os estudos de Mediação da Informação nas suas possibilidades de repensar uma Biblioteconomia e Ciência da Informação mais inclusiva, plural, que reverbera tanto em âmbito sócio-cultural, quanto acadêmico, a partir da validação de outros saberes.

Palavras-Chave: Decolonialidade; Mediação da Informação; Visibilidade informacional; Biblioteconomia e Ciência da Informação; ENANCIB.

Andrikonis, Juliana Buzinaro. **Decoloniality in information mediation: an analysis of the works presented in GT3 ENANCIB**. 2022. 88f. Undergraduate Thesis (Graduation in Librarianship and Information Science). Federal University of São Carlos, São Carlos, 2022.

ABSTRACT

Librarianship and Information Science recognizes the need for a controlled vocabulary for identifying and treating information; however, as is expected from a democratic informational society, the need for subject areas expansion and adaptation of those areas in relation to new technological, social and cultural issues, is inevitable. In this sense, this undergraduate thesis proposes to discuss, through an exploratory bibliographic research, and analyzed from a quali-quantitative perspective, what are the publication tendencies on ENANCIB, based on the theme of “decoloniality”. The analysis will be divided into two stages: first, we will survey the occurrences of themes that represent the decolonial theme in works published in all GTs, within the time frame of the last 5 years of the event (2016-2021); secondly, we will carry out a semantic analysis focusing on the GT3, aiming to make a comparison between both analysis. From this angle, we find that the decolonial theme is debated in a fragmented way in respect to possible subjects of subcategories, coupled to social guidelines, specially in subjects relating to resistance, gender and race, which is the most occurring theme in the GTs that focus on human sciences approaches. After the data analysis, we found that there’s an urgency in propagating the term “decoloniality” in Librarianship and Information Science, having in mind the cultural and social effects and scientific delay which colonialist actions perpetuate, not only for information users, but also for all professionals, researchers and natives of a non colonial euro-american living standard. In this sense, we seek to point out the relationship between the usage of decolonial terms for visibility of subaltern bodies and themes that are affected by it, such as LGBTQIA+ people, women, black and indigenous people, among others, in GT3 publications. With that, we identified that the decolonial character, even though not always explicitly, marks the Information Mediation studies in its capability to rethink a plural, more inclusive Librarianship and Information Science, which reverberates both in sociocultural and academic spaces, from validation of different knowledge.

Keywords: Decoloniality; Information Mediation; Librarianship and Information Science; ENANCIB.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Apresentação da covereadora Carolina Iara retirada do site oficial da Bancada Feminista do PSOL.....	37
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Total de artigos por ano e GT.....	46
Tabela 2: Ocorrência de termos decoloniais.....	47
Tabela 3: Ranking de categorias com mais termos utilizados no GT3.....	53
Tabela 4: Número de ocorrências por categoria nos GTs, ano de 2016.....	54
Tabela 5: Número de ocorrências por categoria nos GTs, ano de 2017.....	55
Tabela 6: Número de ocorrências por categoria nos GTs, ano de 2018.....	56
Tabela 7: Número de ocorrências por categoria nos GTs, ano de 2019.....	57
Tabela 8: Número de ocorrências por categoria nos GTs, ano de 2021.....	58
Tabela 9: Ocorrência de categorias no GT3.....	59

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Categorias e termos associados a decolonialidade.....	44
Quadro 2: Ocorrências dos termos no ENANCIB por ano - Proporção do GT3 comparado com os demais GTs.....	47
Quadro 3: Média de ocorrência dos termos nos GTs (ano de 2016).....	48
Quadro 4: Média de ocorrência dos termos nos GTs (ano de 2017).....	49
Quadro 5: Média de ocorrência dos termos nos GTs (ano de 2018).....	50
Quadro 6: Média de ocorrência dos termos nos GTs (ano de 2019).....	51
Quadro 7: Média de ocorrência dos termos nos GTs (ano de 2021).....	51
Quadro 8: Média de ocorrência dos termos agrupados por categoria no GT3.....	53

LISTA DE SIGLAS

CI - Ciência da Informação

BCI - Biblioteconomia e Ciência da Informação

ENANCIB - Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação.

GT - Grupo de Trabalho

M/C - Modernidade/colonialidade

LGBTQIA+ - Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e queer, com um sinal “+” para reconhecer as orientações sexuais ilimitadas e identidades de gênero usadas pelos membros dessa comunidade

IBTE - Instituto Brasileiro Trans De Educação

ANTRA - Associação Nacional De Travestis E Transexuais Do Brasil

ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

PMEST - Personalidade, Matéria, Espaço, Tempo

SOC - Sistema de Organização do Conhecimento

ANCIB - Associação de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação

UFPB - Universidade Federal da Paraíba, anteriormente Universidade da Paraíba

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

OMS - Organização Mundial da Saúde

PCD - Pessoas com deficiência

WC - Word count

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
1.1 OBJETIVO GERAL	18
1.1.1 Objetivos Específicos	18
1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	19
1.3 ESTRUTURA DA PESQUISA	20
2. MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DECOLONIALIDADE: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS	22
2.1 APLICAÇÕES DA MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO	22
2.1.1 Mediação da informação como ação	25
2.1.2 Apropriação da Informação	29
2.2 IMPORTÂNCIA ÉTICA DA TEORIA DECOLONIAL NA BCI	31
2.2.3 Fatores de reconhecimento de uma identidade decolonial	33
2.3 Uma mediação da informação decolonial	39
3. A DECOLONIALIDADE NA MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO: UMA ANÁLISE DOS TRABALHOS APRESENTADOS NO GT3 ENANCIB	43
3.1 Resultados	46
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	63
ANEXOS	69
APÊNDICES	71

1. INTRODUÇÃO

Até pouco tempo atrás, a temática decolonial não era muito reconhecida na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI), apesar de assuntos derivados da temática decolonial serem trabalhados de modo isolado de forma abrangente. Nesse sentido, o presente trabalho tem como proposta explorar alguns caminhos de abordagens e perspectivas acadêmicas na área da BCI para repensarmos uma ética profissional mais inclusiva, sem a segregação de vivências e conhecimentos subalternos, bem como identificar uma temática decolonial mesmo quando o assunto não é autointitulado dessa forma. Visto que o reconhecimento e padronização de termos referentes à um assunto é fundamental não só para a recuperação da informação (BOCCATO, 2008), que possibilita o acesso, armazenamento e tratamento da informação, mas também do reconhecimento e visibilidade para um tema ser mais aprofundado nas ciências.

Isto porque partimos do entendimento de que é impossível dissociar a emancipação social, conseqüente dos processos de apropriação e mediação da informação, do reconhecimento de questões estruturais que afetam o desenvolvimento dos sujeitos residentes em países que passaram pelo processo de colonização.

A mediação da informação atua como ferramenta da apropriação informacional que emancipa o sujeito, a fim de atingir o chamado “protagonismo social” (PIERUCCINI, 2017); entretanto não há possibilidade de atingir esse estado de autonomia de modo isolado, sem o reconhecimento de elementos da própria identidade, tais como questões de gênero, classe, etnia, entre outros, para garantia das condições de seu livre exercício da cidadania. Portanto, tais elementos devem ser incluídos na mediação informacional.

Outra questão importante é reconhecer que o conceito de decolonialidade está diretamente relacionado a termos de luta política e resistência (WALSH, 2005). Isto é, está presente nos discursos feministas, nos discursos de gênero e classe, por exemplo. Entretanto, apesar dessas temáticas serem amplamente difundidas e populares no debate científico, nota-se uma escassez em temas e abordagens autodeclaradas como decoloniais, mesmo que elas abarquem questões vinculadas à temática. Pois a decolonialidade oferece um contexto no qual a luta política precisa

ser aplicada, como ocorre e quais podem ser os desafios enfrentados nesse caminhar.

Indo ao encontro com o pensamento do teórico decolonial Boaventura de Sousa Santos (2007), entendemos que quando não possuímos ferramentas de identificação dos termos e nomes de determinado objeto ou situação, perdemos a possibilidade de analisá-lo. Nesse sentido, é justificada a necessidade de uma busca exploratória sobre como a decolonialidade tem se apresentado em trabalhos científicos do campo da Ciência da Informação (CI), e especificamente, nas publicações acadêmicas do “Grupo de Trabalho (GT) 3: Mediação, Circulação e Apropriação da Informação” do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ENANCIB), um notável fórum de debates e reflexões na CI. Segundo a ANCIB (2022), o GT3 realiza o estudo dos processos e das relações entre a mediação, circulação e apropriação da informação, em diferentes contextos sociais e temporais, que são compreendidos em dimensões inter e transdisciplinar relacionados à construção e desenvolvimento da CI.

Esperamos, com isto, que a presente pesquisa consiga identificar possíveis lacunas causadas pela não identificação do termo “decolonial” nos estudos em mediação da informação e contribuir para a maior visibilidade e difusão desta temática, no contexto das pautas sociais, entre os profissionais e estudantes da BCI.

1.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral desta pesquisa é analisar como a temática decolonial tem sido apresentada na Mediação da Informação no GT3 do ENANCIB, no recorte temporal de 2016 a 2021, a partir de pautas semelhantes.

1.1.1 Objetivos Específicos

a) Identificar quais termos podem estar relacionados à decolonialidade. Tendo em vista que a temática “decolonial” ainda tem sua utilização recente na CI, para verificar a existência de publicações em mediação da informação que se aproximam da temática decolonial.

b) Mapear as produções em Medicação da Informação dentro do recorte temporal dos últimos 5 anos de ENANCIB (2016-2021) no GT3. Com base no levantamento anterior, será possível identificar publicações voltadas para mediação que já trabalham com questões/abordagens afins à decolonialidade.

c) Apresentar as relações entre decolonialidade e a mediação da informação com base nos materiais do GT3 do ENANCIB previamente identificados e analisados.

d) Identificar a ocorrência e usos de termos decoloniais em publicações científicas com base nos levantamentos anteriores que indicam tendências de publicações na área.

1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa trata-se de uma pesquisa descritiva, exploratória bibliográfica de abordagem quali-quantitativa dividida em duas fases, sendo a primeira executada através de pesquisa exploratória bibliográfica. Neste momento, foi feito um levantamento documental de todos os textos publicados em todos os GTs do ENANCIB no recorte temporal de 5 anos de evento (2016 - 2021), desconsiderando o ano de 2020 que não traz resultados, devido a prorrogação do evento por conta da pandemia da COVID-19¹. O recorte temporal se deu em função da temática decolonial ser afirmado por Moraes e Gracioso (2021) e Senna e Gracioso (2021) a partir de pesquisas realizadas no escopo da organização do conhecimento.

Para a realização da análise foi necessário acessar os anais dos eventos em seus respectivos sites e baixar todos os trabalhos postados por cada ano de acordo com o GT. Essa ação se fez necessária visto que o site oficial do Benancib - repositório do ENANCIB, estava apresentando falhas devido à atualizações que

¹ A pandemia da COVID-19, é uma doença viral que causou mais de 685 mil mortes só no Brasil. Tal evento obrigou que diversos países tomassem medidas a nível de saúde pública para a prevenção do contágio do vírus. As principais medidas sanitárias recomendadas pela OMS foram o uso de máscaras PFF2, uso de álcool 70% para limpeza de mãos e ambientes, isolamento social e *lockdown*. Portanto, muitos eventos programados entre início de 2020 e início de 2022 foram cancelados ou realizados remotamente.

ocorreram durante todo o processo da elaboração desse trabalho (de março a setembro de 2022).

Após a coleta, iniciamos a conversão dos trabalhos do formato *pdf*, para texto não formatado/puro, usando o programa *pdftotext*. Essa conversão se faz necessária para a aplicação dos recursos de leitura padronizada que serão apresentados. Posteriormente, utilizamos o *grep*, um programa linux de licença livre, que realiza a coleta de dados pela busca das ocorrências de um termo especificado em um determinado arquivo, independente da posição do termo no texto e/ou palavra. O resultado da coleta foi passado o programa *wc* (*word count*), que realiza a contagem dessas ocorrências para identificarmos a relevância dos termos decoloniais utilizados.

Em virtude do esforço em realizar esse procedimento em um número significativo de vezes, optamos por otimizá-lo a partir de um *script* em *bash*². Dessa forma, foi possível listar todos os arquivos publicados nos anos especificados, bem como de suas subpastas (os 11 GTs) que contém os trabalhos analisados. O sistema realiza a conversão e contagem de ocorrências de termo a termo para cada arquivo, de modo que as soma e imprime os resultados.

Esses dados são relevantes para marcar e diferenciar os termos referentes e representantes às subclasses que são estabelecidas para a decolonialidade. De modo que é possível identificar quais termos, pertencentes do pensamento decolonial, estão sendo mais abordados e/ou possuem maior visibilidade no debate acadêmico da BCI.

Por fim, realizamos uma análise semântica dos trabalhos apresentados no GT3 (2016-2021) a fim de identificar quais assuntos são mais priorizados na mediação da informação, a partir de uma análise da aplicação dos termos representativos da decolonialidade nos títulos, resumos e palavras-chaves dos trabalhos.

1.3 ESTRUTURA DA PESQUISA

O presente trabalho encontra-se estruturado da seguinte maneira: O primeiro capítulo é destinado a apresentar a introdução e justificativas que fundamentam o

² Script disponível nos apêndices do trabalho.

trabalho, bem como os objetivos esperados e os procedimentos metodológicos necessários para a realização da pesquisa.

No segundo capítulo, é feito o levantamento bibliográfico acerca da mediação da informação e da decolonialidade, visando aproximar leituras entre as duas temáticas e evidenciar como podem existir contribuições na área de mediação que muito se assemelham aos princípios decoloniais, mesmo que não se expressem abertamente desta maneira.

O terceiro capítulo é voltado para uma análise dentro do GT3 ENANCIB. Nesse momento serão apresentados os resultados da busca realizada na nos anais do ENANCIB (2016 - 2022), no qual foi analisado as tendências de publicações com base na utilização dos termos relacionados à “decolonialidade” e a análise semântica dos trabalhos do GT3.

Por último, mas não menos importante, será desenvolvido no quarto capítulo as reflexões acerca dos resultados obtidos ao longo da pesquisa, reforçando a importância e impactos da utilização e reconhecimento do termo na Mediação da Informação e na BCI.

2. MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DECOLONIALIDADE: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS

Como já é sabido, a CI é uma área de estudo fundada no período pós guerra, a partir de uma necessidade da sociedade da informação encontrar novas formas de produzir, tratar, armazenar e recuperar as informações em seus novos meios de mídia (ARAÚJO, 2016). Nesse sentido, a CI foi apropriada por algumas áreas do conhecimento, tais como a Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia (SMIT, 2000), áreas irmãs, mas que tratam a informação e objetos informacionais de modos distintos. Dentre todas as questões que apareceram com a sociedade da Informação, uma das preocupações recorrentes dizia respeito à como a informação seria mediada na BCI.

Sobretudo, é importante ressaltar que apesar de trazermos aqui alguns conceitos científicos da Mediação da Informação, a fim de trazer algumas reflexões sobre o tema, não podemos restringi-la a um conceito fechado, principalmente considerando o número de publicações com o assunto dentro da CI, uma área que constantemente se atualiza e contribui com as novidades relacionadas às aplicações das mediações e suas abordagens.

Dessa forma, a mediação passa a ser, além de um tema de estudo, uma possibilidade de expansão acadêmica da CI, pois é a partir da busca e utilização de novas abordagens e funcionalidades para a temática, que esbarramos em outras disciplinas e áreas, com novos aportes teóricos, que potencializam e compartilham os conceito, e análises com o viés da mediação (SILVA; NUNES; CAVALCANTE, 2018).

Portanto, a mediação da informação é um conceito interdisciplinar que além de objeto da CI, também pode ser encontrado na área de educação; artes; gestão; comunicação; tecnologia, entre tantas outras. No qual a inter e transdisciplinaridade atua com o potencial expansionista de várias áreas de estudo.

2.1. APLICAÇÕES DA MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Uma vez que compreendemos que a mediação não possui um conceito estático nem é restrita a apenas uma área, podemos apresentar algumas definições

sem que haja o risco de rotulações fixas. Um estudo realizado por Silva, Nunes e Cavalcante (2018) apresentou o Prof. Dr. Oswaldo Almeida Júnior como o autor mais citado na CI com o tema Mediação da Informação. Nesses trabalhos, o mesmo afirma que

a Mediação da Informação é toda interferência - realizada pelo profissional da informação -, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional (ALMEIDA JÚNIOR, 2008, p. 46)

Segundo Almeida Junior (2022), a mediação implícita/indireta ocorre nas unidades de informação quando a ação mediadora não implica na presença física do usuário da informação com o profissional da informação naquele momento, ou seja, a mediação pode ser encontrada nos processamentos técnicos, como na seleção dos materiais, em sua representação, armazenamento, disposição dos objetos no ambiente, entre outros.

Já a mediação explícita/direta, o autor afirma que ocorre com a presença do usuário, seja ela física ou por meio de uma mensagem enviada ao profissional de BCI. Tal situação é bastante comum nos serviços de referência oferecidos pelas instituições como bibliotecas, arquivos, museus e espaços culturais, sejam eles públicos ou privados.

Outra forma de compreender o conceito de Mediação da Informação é reconhecê-la como uma ação vinculada à existência humana (GOMES, 2019). Nesse sentido, é interessante pensar nesse processo, como um recurso da comunicação. Nesse sentido, o filósofo Villém Flusser (2007) afirma que o ser humano, sendo um animal racional de características e complexidade ainda hoje incompreendidas, é naturalmente negativamente entrópico, visto a sua necessidade de criar artifícios para organizar, rotular seus pensamentos, relações sociais, ambiente e por fim, a sua própria existência.

Para o autor, a comunicação, com seus códigos resultantes dos efeitos tangíveis e intangíveis, se faz necessária principalmente como um recurso para obter conforto e distração dos sujeitos, referente à efemeridade e falta de sentido de suas próprias vidas, a partir desse vazio existencial que construímos nossa cultura, tecnologia e estruturas políticas e socioeconômicas. Assim, o desenvolvimento dos

meios de comunicação é diretamente proporcional às angústias que os indivíduos e a sociedade experienciam.

Portanto, a mediação é também um processo de construção de sentidos e um fato social que não pode ser analisado de forma isolada (GOMES, 2010), visto que a mediação pode mudar de teor conforme o ambiente, os sujeitos envolvidos, questões de contexto social, temporal, cultural e econômico. Sendo assim, a ação mediadora é um processo que contribui para a reflexão aprofundada de um ato comunicativo, que possui uma dimensão simbólica (DAVALLON, 2007) entre os sujeitos envolvidos.

Em virtude disso, a mediação também pode ser a forma de comunicação que está entre o conteúdo veiculado e o receptor em um dado espaço (MARTÍN-BARBERO, 1997). Essa perspectiva possibilita a compreensão dos fenômenos comunicacionais, não como implicações de um formato técnico aplicado, de um recurso, ou de uma ferramenta utilizada, mas sim nas relações humanas que são criadas e reverberam no espaço no qual ocorre (MARTÍN-BARBERO, 1997).

Uma vez que o usuário da informação é ativo no processo comunicacional, compreende-se que o mesmo recebe influência do contexto simbólico e subjetivo no qual está inserido. Assim, a mediação passa a ser elemento do reconhecimento da alteridade, bem como a do sujeito em si; ato que influencia na capacidade dos envolvidos no processo mediativo em compreender o mundo e apropriar-se das informações que se apresentam a esse.

É importante reconhecer o receptor da informação como sujeito ativo da mediação, uma vez que o usuário da informação possui suas próprias experiências e interpretações que impactam no resultado final do processo, bem como na análise dos resultados; desconsiderar esse evento resulta numa interpretação tendenciosa sobre os emissores e receptores da mediação.

A partir dessa visão, Almeida Júnior (2022) acrescenta que pensar a mediação como uma ponte, que leva alguma coisa de um ponto a outro ponto, é inadequada, pois, segundo ele, tal perspectiva defende a ideia de uma mediação estática condicionando o mediador e o receptor em papéis predeterminados e fixos, desconsiderando as diversas interferências e perspectivas que uma mesma ação pode vir a ter.

Entretanto,

A ideia de filtragem também não seria adequada porque pressupõe algo como uma seleção de conteúdo; a ideia de interferência também não, pois pode ser entendida como o ato de impossibilitar o acesso a algo, como uma censura. (SILVA; NUNES; CAVALCANTE, 2018 p.3).

Sendo assim, é mister manter um compromisso ético quando falamos de Mediação da Informação, pois justamente por se tratar de um assunto que não possui resultados de definição conclusivos, ainda temos possibilidades de refletir a partir das verdades momentâneas que nos são apresentadas (ALMEIDA JUNIOR, 2022), assim, podemos almejar adaptações que contemplem perspectivas mais plurais e inclusivas.

A busca por uma imparcialidade informacional pode ser ingênua, por não compreender a impossibilidade de neutralidade dos discursos, ou hipócrita, justificada por um falso moralismo, que se disfarça em uma suposta preocupação com o bem comum (KARNAL, 2007). Curiosamente esse ódio é majoritariamente aplicado contra algumas minorias sociais desviantes do padrão vigente. Nesse sentido,

A imparcialidade e a neutralidade, embora procuradas, não se concretizam, pois o profissional da informação atua como matéria-prima que, por si, não é neutra. A informação é carregada e está envolta em concepções e significados que extrapolam o aparente. A informação está imersa em ideologias e em nenhuma hipótese se apresenta desnuda de interesses, sejam econômicos, políticos, culturais, etc. (ALMEIDA JUNIOR, 2009. p.5)

Quando essas questões éticas são ignoradas a partir de um suposto discurso imparcial, compreendemos a narrativa da mediação como uma relação de dominante-dominado, ou daquele que possui o conhecimento/mensagem, com o sujeito que vai a absorver a informação de modo completo e fixo, desconsiderando como essa mediação pode vir a afetar de formas mais subjetivas um mesmo indivíduo.

2.1.1 Mediação da informação como ação

O papel do mediador lida com a incerteza e necessidade de auxílio no momento em que seu usuário recorre à sua unidade de informação ou ao

profissional de BCI. Para isso, Kuhlthau (1993 apud SOUTO, 2010) propõe cinco níveis de mediação da informação:

1. Organizador: A organização do sistema, que se dá a partir de representações temáticas, bem como pela escolha de termos padronizados e representativos para a localização de seu objeto informacional;
2. Localizador: Que ocorre na solicitação específica de um item;
3. Identificador: A partir da identificação da necessidade informacional do sujeito e indicação de possíveis fontes que tenham o potencial de sanar sua demanda.
4. Conselheiro: Quando o mediador realiza a mediação identificadora e indica a ordem das fontes a serem buscadas, partindo do geral para o específico.
5. Orientador: Quando o profissional intervém de modo direto na construção do conhecimento, fazendo uso de todas as mediações anteriores para a construção conjunta e constante de uma pesquisa até a finalização do processo.

Assim, as mediações também são consideradas ações socioculturais importantes no processo de apropriação simbólica, que trabalham sob a perspectiva da infoeducação, levando em conta uma série de mudanças pelas quais a sociedade passa, destacando desde questões de ensino, até a temática da apropriação da informação (PERROTTI; PIERRUCCINI, 2010).

Em virtude dos fatos apresentados, “as mediações são as conexões que se estabelecem entre as ações sociais e as motivações (individuais/coletivas)” (ALMEIDA, 2014, p. 3)”. Dessa forma, o conceito imaterial da mediação da informação, apesar de atuar de modo individual a partir da perspectiva de cada receptor, permite que os sujeitos afetados sofram mudanças em seu estado de consciência e relacionando-se entre si. Levando em consideração que quando a consciência coletiva muda, ou seja, uma transformação em vários sujeitos em um mesmo recorte temporal, podemos afirmar que um fenômeno social aconteceu. (FUJITA; MARTELETO; LARA, 2008).

Não devemos ignorar que antes do sujeito buscar ativamente uma mediação informacional, gerada a partir das suas necessidades, ele já é participante de diversas mediações presentes no seu cotidiano e de como ele se auto insere na

sociedade, de modo que "é através da mediação que as expectativas são manifestadas, sustentando as interações sociais" (GOMES, 2010, p 87).

Portanto, para o profissional da BCI, a mediação é dada de modo implícito e explícito, com o objetivo de causar alguma interferência ativa, de caráter ético e inclusivo, que possibilite a apropriação da informação pelo usuário (ALMEIDA JÚNIOR, 2009).

Porém é importante não nos esquecermos do que Paulo Freire traz em seu livro *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*, quando diz que "Ninguém é sujeito da autonomia de ninguém." (FREIRE, 1996, p. 105), ou seja, todos os sujeitos a partir de um processo educacional coletivo optam por uma série de escolhas que os levam a diferentes formas de saberes, que não devem ser compreendidos como superiores ou inferiores a outros, apenas diferentes.

Entendemos que a escolha de quem define o que é um conhecimento adequado a um contexto ou não, é de quem possui capital para dominar as estruturas sociais, meios de comunicação, conhecimento científico, massivamente influenciados por processos coloniais (QUIJANO, 1992). Portanto é necessário que os profissionais da CI tenham conhecimento desses processos que limitam, silenciam e apagam as linguagens de locais plurais e diversos.

Pois uma mediação não ocorre sem um receptor, e para que este exista, é necessário que uma série de pactos entre emissor e receptor sejam estabelecidos para que haja a possibilidade de sucesso na influência que se tem a intenção de transmitir. Essa ação precisa partir de um ponto comum entre os saberes e perspectivas de validação do discurso dos envolvidos. Por isso algumas barbáries como o racismo não tem como serem debatidas ou negociadas, apenas combatidas (DAVIS, 2018).

Por exemplo, se buscarmos apoio nas Artes Cênicas, podemos compreender uma peça como um conteúdo a ser mediado, nesse sentido um espectador ao assistir à uma peça reage tanto ao espetáculo, quanto ao público, quanto a si mesmo. Pensando nisso, pode se notar o que Pavis (2005) chama de "tripla visão", que considera questões psicológicas, sociológicas e antropológicas, como as visões utilizadas no decorrer da apresentação, que apesar de distintas, complementam-se.

Segundo Jauss (1977 apud PAVIS, 2005), a questão psicológica ocorre por meio do grau de identificação entre o espectador e o personagem. Essa relação

permite ao espectador a vivência de certas experiências sem ser afetado; assim a identificação pode ocorrer em 5 níveis, sendo:

1. Associativa, na qual o espectador reconhece em sua personalidade ou em ações que o personagem realiza;
2. Admirativa, que ocorre por meio da representação de ideais que o espectador admira ou tenta alcançar;
3. Simpática, devido à empatia que o espectador possui com um personagem que considera correto;
4. Catártica, recorrente em casos de identificação com a narrativa com a qual o personagem está envolvido;
5. Irônica, normalmente relacionada às críticas ao espectador por suas falhas de caráter, essa última se dá por uma relação de distanciamento do espectador, que caso torne-se muito exacerbada pode causar o rompimento da comunicação cênica.

A importância de ter um reconhecimento dessa perspectiva para a BCI ocorre no que diz respeito às relações que o profissional da informação estabelece, ou não, com o ambiente no qual está inserido, bem como para a comunidade na qual atua. É comum na área de BCI pesquisadores produzirem estudos de caso a partir de uma unidade de informação e, para isso, realizarem um estudo de usuários, disciplina que está presente na grade curricular da maioria dos cursos das áreas de BCI, arquivologia e museologia.

O cuidado do estudo de usuários na área é fundamental para garantir não só a inclusão e reconhecimento de todos de forma a garantir o direito do exercício da cidadania, mas também o sucesso de uma unidade de informação no que diz respeito a sua utilização e relevância na comunidade local, algo que é avaliado a partir da observação dos usuários da mesma.

Nesse sentido é necessário pensar em práticas da CI que tornem suas ações possíveis, a partir do acesso à informação, inclusão informacional e direito à cidadania (ARAÚJO, 2012), ou seja, na garantia de alguns dos direitos básicos inalienáveis, garantidos pela Constituição Brasileira. Portanto, não devemos ignorar questões sociais que implicam em como uma informação é mediada, pois essas singularidades possibilitam ao profissional da BCI, oferecer um serviço de qualidade há qualquer cidadão com necessidade informacional, independente de raça, etnia, gênero, classe, faixa etária, orientação sexual e opção religiosa.

Quando falamos da atuação dos profissionais da informação, é importante pensarmos em quais mediações informacionais estão sendo realizadas: por quem? para quem? por quê? Quando? Onde? E como? Pensar no que também não está sendo dito com as mesmas indagações também é parte fundamental dos métodos de análise do discurso, bem como para garantir uma prática profissional ética. Logo, para atingirmos este objetivo, conforme propõe Gomes (2014), um mediador deve ser um cuidador, que se preocupa com as metodologias mediáticas mais adequadas a cada perfil de usuário.

Esse viés na atuação do profissional de BCI, que se vigilante nos processos que levam o sujeito a formar o próprio conhecimento, ou concluir a sua pesquisa, é normalmente encontrado nos funcionários do setor de referência. Entretanto, não precisa se restringir apenas a esse cargo, pois como indicado por Gomes (2010), esse procedimento pode ser estendido a outros serviços de uma biblioteca ou unidades de informação.

Afinal, visar pelo caráter emancipatório do usuário da informação faz parte dos princípios reforçados durante o juramento do profissional de BCI em:

Prometo tudo fazer para preservar o cunho liberal e humanista da profissão de bibliotecário, fundamentado na liberdade de investigação científica e na dignidade da pessoa humana. (CFB, 1966).

Portanto, o profissional da informação tem a oportunidade de apresentar uma informação ao usuário de sua unidade informacional. Nesse sentido, esse profissional pode vir a contribuir para que os sujeitos cheguem ao autoconhecimento, pensamento crítico e proatividade informacional, evitando a alienação e manipulação social. (GOMES, 2014).

2.1.2 Apropriação informacional

Em virtude dos fatos mencionados, é importante indicar um possível resultado da mediação informacional - a apropriação informacional - gerada a partir de uma série de habilidades cognitivas a fim de transformar uma informação em um conhecimento que pode ser aplicado na vivência de quem passou a se apropriar, tornar sua, a informação transmitida (GOMES, 2010).

Segundo Gomes (2014), mediação da informação depende de um processo dialógico que visa, de modo implícito, o desenvolvimento do protagonismo social do usuário informacional. A transmissão da mensagem pela qual a mediação ocorre ressignifica os conhecimentos anteriores do receptor, influenciando-o.

Dessa forma, na mediação não cabe uma postura passiva ou neutra por parte do mediador, mas sim uma atitude de interferência, no sentido de abrir possibilidades à apropriação da informação. (ALMEIDA JÚNIOR, 2009). Uma vez que o conjunto de apropriações informacionais pode gerar no sujeito uma autoconsciência no ambiente que habita. Esse fenômeno é reconhecido como protagonismo social (PERROTTI, 2017).

Nessa perspectiva, a mediação não está só na relação direta entre sujeitos, uma vez que ela também envolve o meio (GOMES, 2010), pois um sujeito consciente de seus direitos não aceita perdê-los, já que se reconhece como parte de um processo de luta ativa na utilização de seus direitos como cidadão. Nesse sentido Angela Davis traz em seu livro *A liberdade é uma luta constante* (2018), algumas noções da importância desse comportamento crítico e ativo com relação a um sistema que por prezar pelo lucro, dado a partir de um sistema colonial, não visa um olhar de emancipação para o outro, mas sim de exploração.

Portanto, para que não haja um retrocesso histórico com relação aos direitos que foram conquistados e que hoje nos possibilitam vislumbrar outras possibilidades de vivências e existenciais; é preciso ter uma postura ativa com relação ao mundo e às relações; essa postura é fruto de um protagonismo social que foi gerado a partir de uma ação de mediação (PIERUCCINI, 2017).

Dessa forma, sendo

o ato de Mediação da Informação toda ação de interferência com o objetivo de interfacear a relação usuário/informação integrada a comunidade usuária, essa ação se dá tanto na formação do homem formador de sua cultura como no homem produto dessa formação. Em outras palavras, a Mediação da Informação se constitui como um processo de fluxo e refluxo do promotor de um espaço formativo que potencialize as qualidades intelectuais de um modo de ser humano comprometido com o mundo social e histórico ao qual é inerente. (SANCHES; RIO, 2010. p.10)

Processo que possui caráter emancipatório e revolucionário, devido ao seu potencial de transformação social. É importante recordar que emancipar é a ação de gerar poder no sujeito (RIGHETTO; KARPINSKI; VIEIRA VITORINO, 2021) e poder é

gerado a partir da possibilidade de se gerir, reconhecer e manter por meio dos recursos que possui.

Quando uma unidade de informação nega, censura, restringe e aliena os sujeitos de informações que possam lhe emancipar, passamos a não reconhecer no outro, um sujeito digno de exercer a sua cidadania. Nesse sentido, o trabalho do profissional da informação se perde e passa a corroborar em dinâmicas não democráticas no qual alguns sujeitos são compreendidos como mais dignos de um acesso à informação do que outros. Essa situação pode ser recordada em sistemas autoritários como nas ditaduras, período de inquisição e durante processos de dominação colonial.

Frente ao exposto, será apresentado na seção seguinte o conceito de decolonialidade, a fim de transparecer suas afinidades com os estudos em Mediação da Informação. Ao aproximarmos as duas temáticas, demonstraremos como é notável a ausência de trabalhos envolvidos com a área de mediação e que são publicados utilizando-se do termo “decolonial”, visto que este ainda faz parte de um debate incipiente nos estudos informacionais.

2.2 IMPORTÂNCIA ÉTICA DA TEORIA DECOLONIAL NA BCI

Para entendermos o movimento decolonial precisamos recordar o que foi o processo colonial a partir da perspectiva dos países que foram colonizados. Segundo Crippa (2022) a forma que enxergamos e nos relacionamos com os elementos e situações cotidianas que nos são apresentados, é resultado de como as mesmas nos são apresentadas. Nesse sentido os colonizadores europeus, por possuírem recursos tecnológicos, midiáticos, visão exploratória e armamentos mais adaptados para o controle de massas, conseguiram se impor no centro do mercado mundial e obrigar, principalmente, os seus colonizados a seguirem os padrões que os mantivessem sob o controle científico, tecnológico, econômico, étnico, artístico, cultural, entre outros (QUIJANO, 2010).

Uma das estratégias utilizadas para que atingissem esse resultado, era a disseminação da imagem do outro (colonizado), como um não-humano, um sujeito sem alma, que a partir de um suposto discurso moralista, em prol da família, Deus cristão e dos bons costumes, tornava ações de escravização, genocídio,

apagamento histórico, sequestro, tráfico humano, estupro, ações que teriam não só a aprovação divina, como também de nações (GROSFOGUEL, 2016; KARNAL, 2017).

No mesmo sentido, as mulheres, incluindo as das nações colonizadoras, também passaram por processos de controle semelhantes pelos mesmos sujeitos colonizadores, que justificava-se a partir de estereótipos construídos sobre o corpo e existência feminina (SANTOS, 2018; MORAIS, 2022).

Nesse sentido, podemos identificar na produção científica do filósofo moderno Francis Bacon “cujo empirismo constituiu-se como base hegemônica no paradigma moderno.” (SANTOS, 2018), no que diz respeito a uma ciência que tem como objetivo a dominação da natureza pelo homem, pois “ciência e poder no homem coincidem” (BACON, 1984, p. 6 apud SANTOS, 2018).

Da mesma forma que podemos notar no livro de Gilberto Freyre, *Casa-grande e senzala* (1997), como o processo de formação sociocultural brasileira ocorreu a partir de uma suposta ciência sem fundamentos reais, que justificasse o racismo estrutural; os estudos de Bacon são utilizados para justificar e construir uma ciência de domínio masculino (SANTOS, 2018). Em virtude dos fatos apresentados, podemos identificar a discriminação científica na vivência feminina como parte intrínseca do colonialismo.

Assim, a memória desses eventos, que é expressa não só nas nossas dinâmicas sociais e econômicas mas também na forma como a informação, é registrada e disseminada, seja nas unidades informacionais, monumentos públicos, ou sistemas educacionais que podem ser questionados e analisados de acordo com

as narrativas utilizadas por cada sujeito, para sustentar sua identidade e suas identificações com outras pessoas e com o mundo em geral, [que] são moldadas pelo contato e pela troca cultural. (CRIPPA, 2022. pg.13)

Portanto, colonialidade é uma forma de poder do capitalismo que impõe sua classificação étnica, racial e de gênero nas dimensões materiais e subjetivas, da sociedade (QUIJANO, 1992; 2009). Outro ponto importante de ser ressaltado é que

a colonialidade de poder refere-se à complexa matriz ou padrão de poder sustentado pelos seguintes pilares: conhecer (epistemologia), compreender (hermenêutica) e sentir (estética). Por sua vez, o controle da economia e da autoridade (teoria política e econômica) depende das bases sobre as quais se fundamentam o conhecimento,

a compreensão e o sentimento. (RIGHETTO; KARPINSKI; VIEIRA VITORINO, 2021. pg. 9).

Nesse sentido, o pensamento decolonial passa a ser desenvolvido em contraposição à modernidade/colonialidade (M/C), por parte do movimento de resistência dos povos originários e afro-caribenhos (SANTOS, 2018). Tal reflexão funda a expressão “giro decolonial”, que não se trata apenas de uma proposta teórica, mas também de um movimento prático, político e epistemológico (MIGNOLO, 2008).

2.2.3 Fatores de reconhecimento de uma identidade decolonial

A teoria decolonial ainda é recente nos debates científicos brasileiros. Parte disso deve-se ao recente surgimento de um grupo de estudos voltado para a temática da M/C, no qual o peruano Aníbal Quijano em 1992, levanta questões de caráter crítico e decolonial, que só foi difundida no Brasil ao menos dez anos após a temática ter sido popularizada nas outras regiões da dita América Latina.

Porém, a demora na ascensão a esse debate também se deve a outros fatores, tais como epistemicídio. O epistemicídio pode ser compreendido como uma “monocultura do saber” (SANTOS, 2007 apud MORAIS, 2022), ou seja além de uma

anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, [é] um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro [bem como dos povos originários, mulheres, pessoas LGBTQIA+, os sem terra, quilombolas, ciganos, entre outros] como portador[es] e produtor[es] de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. (CARNEIRO, 2005, p. 97)

Para Grosfoguel (2016), a produção de conhecimento ocidental se deu a partir de quatro genocídios/epistemicídios, o do apagamento histórico e de conhecimento de gênero que não corresponda ao padrão patriarcal androcêntrico (SANTOS, 2018); religioso, mais especificamente muçulmanos e judeus; dos povos africanos; e dos povos originários.

Esses impactos e ausências de representatividade moldam como as relações

culturais são estabelecidas e quais conhecimentos são científicos e quais são relativos pouco confiáveis (MORAIS, 2022). Nessa dinâmica de fetichismo epistêmico é estabelecido no imaginário social o que é o padrão e o que é o exótico, ou “bestial”. (SANTOS, 2018; RIGHETTO; KARPINSKI; VIEIRA VITORINO, 2021).

Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a seqüestra, mutila a capacidade de aprender etc. (CARNEIRO, 2005, p. 97).

O perigo dessa narrativa está nas semelhanças com um discurso fascista, no qual outros sujeitos considerados menos relevantes na sociedade por não gerarem capital também estão sujeitos à violência e invisibilidade dos corpos subalternos, como as crianças, idosos e pessoas com deficiência (PCD), no que diz ao descrédito de discurso e vivência no que diz respeito ao silenciamento perante a violências de vulneráveis e que de modo geral não geram renda para a sociedade. Pois nessa lógica, uma vez que compreendemos o sujeito divergente como alguém a ter seus comportamentos padronizados/corrigidos a partir da imagem do colonizador, aquele que não é capaz de negar ou reprimir a própria existência deve ser eliminado.

Dessa forma, é importante reconhecer que o extermínio não é dado apenas no silenciamento de narrativas, mas na deslegitimação das vozes e mobilizações sociais. A artista e militante indígena Kaê Guajajara aborda um pouco dessas violências em suas músicas com frases como “Dizem que não sou de verdade; que não deveria nem estar aqui”, e “Vejo meus filhos se perguntando se você os mata ou se eles se matam primeiro”, considerar e analisar esses discursos apesar de fazerem parte de uma produção artística é entender como a arte expressa o caráter identitário de um grupo, bem como o reflexo de suas próprias questões e dinâmicas socioculturais (FISCHER, 1987). Tal situação também foi identificada por MARTÍN-BARBERO (2000; RIBEIRO; TUZZO, 2014), que encontra nas telenovelas a autodenúncia do que é viver e participar de uma dinâmica social, cultural e econômica, latino americana.

Portanto, os processos do “apagar”, ou impossibilitar o auto reconhecimento do local social que um sujeito subalterno ocupa, de modo que não o permite tomar posturas de identificação, defesa e reivindicação dos próprios direitos, dentro de

suas próprias questões de invisibilidade, é uma das violências do colonialismo.

O movimento negro passa por isso com a atribuição do termo “pardo” no Brasil, esse passou a ser aderido após políticas de embranquecimento no país, que resulta nesse colorismo que faz necessário a criação do termo, para não tornar o sujeito embranquecido, um corpo negro (FREYRE, 1997). Apesar deste, ainda que modo diferente, também lidar com o racismo, passa a ter a sua própria negritude questionada em momentos de reivindicação de direitos. Esse processo repetido constantemente, o que resulta no apagamento histórico das identidades dos sujeitos, processo semelhante ao que ocorre com os indígenas urbanizados.

O movimento LGBTQIA+ também tem sua identidade constantemente questionada quando há uma tentativa de imposição heteronormativa que vende uma cura gay, ou uma sexualidade ser colocada como “uma fase”. Nessas narrativas, mais uma vez o padrão colonial é apresentado para dizer o que seria a existência LGBTQIA+, indígena, negra, feminina sem o protagonismo dos citados.

Todos esses elementos podem ser comprovados em alguns dados dos povos em situação de risco a partir da subalternização: Segundo o relatório de 2021 do Conselho Indígena Missionário (CIMI), tivemos um crescente nas violências contra os povos originários na invasão dos garimpeiros ilegais que transmitem doenças como a COVID-19 nos povos isolados, resultando 847 mortes só no ano de 2021, mesmo com a vacinação dos povos; além de diversos registros de abuso de ameaças, agressões, omissão do poder público, racismo, violência sexual e 118 assassinatos, incluindo as lideranças indígenas. Já o Ministério da Saúde (2020), aponta que a população indígena é vítima de mortes por suicídio duas a três vezes mais que na população em geral, sendo essas mais recorrentes em jovens de 15 a 29 anos.

Vale lembrar que pessoas dos povos originários possuem uma compreensão de gênero e sexualidade diferente da imposta pelo colonialismo. Nesse sentido, as buscas por descrições e categorizações sobre a performance de gênero e sexualidade indígenas é uma das manifestações epistêmicas do colonialismo em sua busca por controle dos corpos subalternizados (FERNANDES, 2017).

Em mesmo sentido, foi identificado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) em parceria com a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) (2022), que no Brasil, no ano de 2021, nós tivemos pelo menos 316 de mortes violentas registradas contra

pessoas LGBTQIA+, sendo 26 dessas causadas por suicídio (ANTRA, ABGLT, 2022). Segundo os dados, a população mais afetada com a LGBTQIA+fobia seriam homens gays, com o total de 145 mortes (45,89%), seguido das mulheres trans e travestis com 141 casos (44,62%); mulheres lésbicas, 12 casos (3,80%); homens trans e pessoas transmasculinas 8 (2,53%) dos casos, enquanto que bissexuais equivaleram a 3 mortes (menos de um por cento). A população mais afetada está entre 20 e 30 anos. (ANTRA, ABGLT, 2022.)

Curiosamente, apesar do Brasil ser o país que mais consome pornografia trans, foi estimado pelas mesmas instituições que cerca de 75% da população não conhece, teve contato ou se relaciona socialmente ou em seu cotidiano com uma pessoa trans (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021). Devido a uma questão de semântica, não é possível entender, inspirar, ou se identificar com quem não é visto, ou representado apenas em situações precárias e marginalizadas.

Segundo os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) de 2021, tivemos 1319 casos registrados de feminicídio em 2021. Quanto à população negra, que também pode ser alvo do feminicídio e LGBTQIA+fobia, os dados da FBSP(2022) apontam que das abordagens policiais que resultam em morte, 84,1% são de homens autodeclarados pretos e pardos. O número completo de abordagens que não resultaram em mortes não foi indicado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022. O Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional (SISDEPEN) a partir do relatório de informações penitenciárias nacional de 2021, a população carcerária contém o total de 833.176 detentos, sendo 436.685 desses autoafirmados como pretos e pardos e 182.972 detentos com raça/etnia não informada, podemos afirmar que pelo menos 52.4% da população carcerária são corpos negros.

Segundo Orlandi (1992), quando utilizamos o discurso verbal em um dado espaço, nós não estamos só comunicando uma mensagem que aquela ação da fala busca atingir, mas também estabelecemos a nós mesmos características que nos permitem criar e reafirmar a própria identidade. Nesse sentido, a opção pelo silêncio é uma forma de se retirar do espaço e não expressar, ressignificar ou criar a própria identidade que é pautada na ação do que se faz, mas também do que se fala.

Tendo em vista o cenário crítico a que pessoas subalternizadas estão condicionadas, é compreensível entender por que demoramos tantos anos para chegar a abordar a temática decolonial. É preciso muita coragem e recursos de

direitos básicos constitucionais e educacionais que permitam que os sujeitos se compreendam como vítimas de um sistema colonial, e mais ainda para que optem por uma postura de protagonismo social e combatê-lo, uma vez que as instituições públicas só podem criar leis que protejam e garantam os direitos de existência desses sujeitos a partir de uma pressão e apoio popular de pessoas que dividem vivências, ideias, vínculos de reconhecimento, admiração, luta conjunta e genuíno respeito às pessoas corpos que fogem do padrão hegemônico.

Além disso, os fatores que geram silenciamento, como a falta de propostas de identificação de situações e representatividade de alternativas plurais de vivências, propiciam a falta de reconhecimento da própria identidade, bem como da impossibilidade do desenvolvimento de um real empoderamento.

A BCI, sendo uma área interdisciplinar das Ciências Sociais Aplicadas, se apropria de algumas áreas como a comunicação e a linguística para o desenvolvimento de suas tecnologias de recuperação e representação informacional. Nesse sentido, reconhece que “o componente principal da linguagem é o signo em forma de palavra” (FUJITA, 2011, p. 39); dessa forma os signos possuem o próprio valor semântico, que quando utilizado traz visibilidade a seus termos e sujeitos de sua “imagem acústica” (SAUSSURE, 1995).

Portanto, a evocação de termos decoloniais apresentam uma posição de reconhecimento da subalternidade, bem como da luta e resistência que o termo carrega. Abaixo podemos conferir um exemplo de resistência apresentado na escolha e utilização de termos subalternos para a construção de um sujeito e mensagem, que vem de encontro com a invisibilidade de algumas temáticas, que quando não trabalhadas numa perspectiva política, pode resultar no pior dos casos, a morte de pessoas que carregam essas condições em sua identidade.

Figura 1: Apresentação da covereadora Carolina Iara retirada do site oficial da Bancada Feminista do PSOL



Fonte: Site Oficial da Bancada Feminista PSOL, 2022.

A apresentação da vereadora da Câmara Municipal de São Paulo, Carolina Iara, retirada diretamente do site oficial da bancada feminista do PSOL traz alguns elementos interessantes para a análise, além de um bom exemplo de pessoa subalterna que apresenta em sua identidade a interseccionalidade. A vereadora é apresentada com seu grau de escolaridade e formação e algumas participações sociais que a princípio são fatores relevantes para o julgamento de voto e competência na área política; porém, para além disso, é auto afirmada como pessoa travesti, negra, portadora de HIV/aids, escritora e poeta.

Alguns desses elementos podem ser identificados com um primeiro contato visual com Carolina. Porém, por opção ativa, reforça elementos como ser travesti e negra; isso porque afirmar essas características, por mais que evidentes, expressa o reconhecimento do local social da luta no qual essas pessoas estão inseridas. Portanto, autoafirmar-se como travesti e negra em um cenário político majoritariamente masculino, branco e heteronormativo, é indicar um compromisso político com seus semelhantes a partir da representatividade.

Outro fator, como ser portadora de HIV/aids, também é apresentado como fator de luta e resistência no caráter de visibilidade de uma doença que ainda é vista com preconceito pela sociedade; uma questão de saúde pública que muitas pessoas, por não conhecerem, se prevenirem e debaterem questões de saúde

sexual, aumentam o contágio deste vírus tão perigoso que quando não tratado torna-se fatal.

Além disso, a indicação de ser escritora e poeta também passa a ser um elemento de resistência devido a divulgação de um corpo subalterno como produtor de materiais de caráter intelectual e artístico, que também promove a visibilidade de outros saberes plurais e diversos, diferentes da perspectiva que de modo padrão é apresentada como a imagem do escritor e do poeta. Pois o local intelectualizado possui prestígio social, inclusive de validação de discurso, que pessoas subalternizadas precisam passar a ter, principalmente para que, quando passarem por alguma forma de violência ou desrespeito, sejam protegidas por lei, a partir de uma pressão popular da própria sociedade que deve usufruir de seus direitos e reconhecer nos corpos subalternizados o direito de existirem e serem respeitados em quaisquer locais que optarem por ocupar.

Ações de emancipação e protagonismo são necessárias pois a força e permanência do opressor no poder também é perpetuada pelo apoio gerado pela cumplicidade dentre os próprios oprimidos (BEAUVOIR, 1967), portanto é preciso saber “diferenciar o lugar epistêmico do lugar social, uma vez que um sujeito se situar socialmente no lado do oprimido não garante que este vá pensar a partir do lugar subalterno” (MORAIS; GRACIOSO, 2021). De modo que também é de responsabilidade ética que a BCI participe do “giro decolonial” (BALLESTRIN, 2013). Nesse sentido vamos realizar a busca de termos decoloniais no ENANCIB (2016 - 2021), focado no GT3.

2.3 Uma mediação da informação decolonial

Na área da BCI, mais especificamente na mediação da informação, é recorrente os números de publicações com estudos de caso que apontam a necessidade do profissional da informação observar seu usuário, contexto social e cultural no qual o mesmo está inserido, bem como a sua necessidade informacional e expectativas para com a unidade de informação da região.

Tal preocupação é de suma importância para a garantia da atuação ética e potencialmente emancipadora do mediador da informação. Tendo em vista que os elementos de um local também transmitem informações que podem causar o

acolhimento ou desconforto/sensação de falta de pertencimento do sujeito. Esses fatores mencionados atuam diretamente no sucesso de uma mediação informacional de caráter emancipador, tendo em vista os cinco níveis de identificação de Jauss (1977 apud PAVIS, 2005) já citados.

Dessa forma, o reconhecimento de alternativas e perspectivas decoloniais que estabeleçam nos sujeitos condições básicas de apropriações informacionais é parte do processo de mediação, exercido sob um viés ético. Porém, a decolonialidade não se dá apenas em ações de reconhecimento, aceitação e representatividade dos sujeitos subalternizados, mas também no reconhecimento e validação dos diversos saberes não coloniais.

Nesse contexto, universidades, unidades de informação e acadêmicos das mais diversas áreas não são exceção ao sofrerem com a colonialidade do saber, quando comparados com instituições e profissionais de mesmo nível situados ou nativos de países de histórico colonizador.

Dessa forma, decolonizar o saber é parte fundamental da decolonização do poder tendo em vista que as “relações de colonialidade não acabaram com o fim do colonialismo”. (ARAUJO; OLIVEIRA; GRACIOSO; SILVA, 2021). Nesse sentido, quando a dinâmica colonial é reforçada, ou suas problemáticas são omitidas na BCI, passamos a contribuir com o controle epistêmico. A reprodução de comportamentos que perpetuam a prática apontada pode ser encontrada em diversos setores da BCI.

Um bom exemplo disso pode ser encontrado na dissertação de Morais (2022), que indica como a opção por representar categorias de Personalidade, Matéria, Espaço, Tempo (PMEST) de Ranganathan contemplando com realidades de viés decolonial, em contrapartida com sistemas de CDD e CDU, que acaba excluindo e invisibilizando diversas narrativas, sujeitos e saberes. Pois não devemos esquecer que o sistema de organização do conhecimento (SOC), que foram criadas para registrar, sintetizar e representar a dinâmica social e cultural em um dado período (LARA; MENDES, 2017, apud MORAIS, 2022), e os acordos estabelecidos que reconhecem e subjagam possuem raízes coloniais. Assim, a organização do conhecimento impacta no imaginário de como as informações são assimiladas, e por isso devem passar por movimentos de pensamento decolonial (MORAIS, 2022).

Enquanto mediadores e profissionais da informação, devemos nos auto vigiar para não sermos apenas perpetuadores de narrativas etnocêntricas, como metaforizado pelo “Ministério da verdade” no romance 1984 de George Orwell,

quando vilões e heróis, bem como os fatos históricos, passam a serem moldados de acordo com os interesses do Grande Irmão.

Para Crippa (2022), que realizou um estudo sobre a memória histórica apresentada em um patrimônio, uma das áreas da BCI, indica que alguns patrimônios podem ser dissonantes, quando os itens selecionados para a preservação da memória não contemplam a sociedade como um todo. Pois

a memória é uma dimensão constitutiva da imagem identitária e uma adaptação contínua dos sujeitos ao mundo ao seu redor, os processos culturais de negociação, apropriação e reinvenção ocorrem cada vez mais em contextos transnacionais e transculturais. (CRIPPA, 2022)

Nesse sentido,

às vezes, os significados dos lugares mudam quando as memórias desaparecem ou são distorcidas; argumenta-se que, os lugares devem ser ativamente alterados quando ajudam apenas a memória dos perpetradores da dor e da vergonha, ao invés da memória das vítimas. (CRIPPA, 2022)

Criar um movimento decolonial na BCI é entender que, conforme as palavras do ativista do movimento negro americano, Malcolm X, na frase “Não confunda a reação do oprimido com a ação do opressor”. Tal situação pode ser identificada no momento histórico de 2020, quando movimentos sociais organizados passaram a derrubar estátuas de ícones escravagistas imortalizados em diversas partes dos Estados Unidos, após a morte de George Floyd, um homem negro que foi assassinado por um policial americano após o cidadão ter supostamente usado uma nota de vinte dólares falsa em um supermercado. Portanto, adotar uma perspectiva decolonial também implica na promoção da paz entre os povos.

Outro efeito de uma epistemologia colonial é encontrado na ausência, ou baixo número de pesquisas e publicações dos países de língua espanhola e portuguesa apresentados em manuais e repositórios internacionais, que são em sua maioria avaliados por cientistas da informação americanos (ARAÚJO, 2018). Uma situação semelhante pode ser encontrada em nível nacional nas nossas Universidades quando articulamos o conhecimento a partir da valorização de um único formato como o conhecimento válido (GROSFOGUEL, 2016), não articulando outros canais de comunicação e inclusão de outros sujeitos, saberes e dinâmicas informacionais.

Nesse sentido, se faz necessário aderir a uma postura de "desobediência epistêmica" (SANTOS, 2018) para criarmos a perspectivas multiculturais e inclusivas que agreguem outras perspectivas, vivências, culturas e saberes, em especial dos povos marginalizados (LIMA; ALMEIDA, 2019), identificando o processo de decolonização como um contraposto a uma estrutura epistemológica excludente (BALLESTRIN, 2013). Para conseguirmos atingir esse objetivo, deve-se reconstituir a noção de ciência. (LIMA; ALMEIDA, 2019)

Portanto, devemos evitar que profissionais da BCI sejam o "intelectual colonizado", que ignora seu contexto e identidade em prol de uma reprodução de valores e técnicas do colonizador (FANON, 1968, apud MORAIS, 2022). Sendo assim, existe uma urgência em identificar os estudos que têm afinidade com a temática decolonial para conferir-lhes uma identidade e assegurar que a área possa se fortalecer como campo de estudo tanto em mediação da informação quanto na CI de forma ampla.

3. A DECOLONIALIDADE NA MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO: UMA ANÁLISE DOS TRABALHOS APRESENTADOS NO GT3 ENANCIB

Neste capítulo serão apresentados os resultados obtidos até o momento. Primeiramente, demarcamos o ENANCIB enquanto principal evento de pesquisa e de Pós-Graduação da área de CI do Brasil, responsável por propiciar o intercâmbio científico entre pesquisadores, docentes, discentes e profissionais da área com o intuito de discutir e refletir os temas, perspectivas e tendências das pesquisas em CI. Sendo assim, a análise no referido GT3, voltado para área de mediação da informação, é de grande relevância para o andamento desta pesquisa.

Antes de iniciarmos é necessário fazer uma breve apresentação dos grupo de trabalho do ENANCIB, são esses: GT1 - Estudos históricos e epistemológicos da Ciência da Informação; GT2 - Organização e representação do conhecimento; GT3 - Mediação, circulação e apropriação da informação; GT4 - Gestão da informação e do conhecimento; GT5 - Política e economia da informação; GT6 - Informação, educação e trabalho; GT7 - Produção e comunicação da informação; GT8 - Informação e tecnologia; GT9 - Museu, patrimônio e informação; GT10 - Informação e memória; GT11 - Informação e saúde. Como a liberdade e desenvolvimento da pesquisa e ciência não possuem limitações, não deve ser diferente com os eventos oficiais das diversas áreas de conhecimento, que devem se reestruturar a medida que seus estudos expandem. Pensando nisso, foi criado em 2022 o GT12 - Informação, estudos étnico-raciais, gênero e diversidade, coordenado pela Dra. Izabel França de Lima (UFPB) e pela coordenadora adjunta Dra. Maria Aparecida Moura (UFMG). Entretanto o GT12 não será incluído na análise devido a sua fundação posterior ao recorte temporal proposto.

Infelizmente, devido a atualizações dos sites oficiais do BENANCIB, repositório do evento ENANCIB, elaborado pela Associação de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ANCIB), nossa coleta foi realizada a partir dos sites oficiais do eventos em cada ano a partir de seus anais, no recorte temporal de cinco anos (2016 - 2021), desconsiderando o ano de 2020 que não foi contemplado com o evento devido à pandemia da COVID - 19.

Tendo em vista os grupos de trabalho do evento ENANCIB, realizamos uma busca de ocorrência de termos representativos do que chamaremos nesse trabalho de “sub-categorias” da decolonialidade.

Conforme foi indicado no capítulo anterior, a decolonialidade passou por diversos processos que corroboraram para a invisibilidade do termo. Porém a temática não é fundamentada apenas no termo “decolonialidade”, uma vez que trata-se de um conceito de resistência que existe há mais de 500 anos, como nos diz a linguista Catherine Walsh (2005). Nesse sentido, podemos pontuar alguns termos que expressam um pensamento decolonial, mesmo que o termo propriamente dito não esteja sendo utilizado no discurso.

Morais (2022), na busca por termos que contemplem o pensamento decolonial e pensamento feminista decolonial, levantou algumas categorias de termos reconhecidos por esta como decoloniais. As categorias são: América Latina; Antirracista; Colonialidade; Decolonial; Etnoconhecimento; Feminismo; Gênero; Interseccionalidade; Raça; Resistência; Sexualidade; Subalterno; Transmodernidade. Para a realização de um levantamento de ocorrência dos termos decoloniais nos trabalhos apresentados, aderimos a novos termos sinônimos das palavras, utilizando expressões regulares (também conhecidas como *regex*), como “(?<!de))” (NOT) antes do termo “COLONIAL” para que o mesmo não fosse contado de forma duplicada, como em ocorrências do termo “deCOLONIAL”, uma vez que o termo indicado é localizado independentemente do local do texto ou palavra na qual está contido; nesse sentido o símbolo “[]” funciona como um representante do operador booleano “OR”, indicando que os caracteres entre os colchetes são contados como alternativas. Palavras que possam ter grandes variações, mas um radical representativo foram buscadas de modo incompleto, como “embranquec”, para “embranquecimento” e “embranquecer”.

Nesse sentido elaboramos uma tabela que indica a adesão de termos representativos dentro da classe de termos apresentados por Moraes (2022):

Quadro 1: Categorias e termos associados a decolonialidade

Sub-categorias	Termos representativos
América Latina	latino american; américa latina
Antirracista	racis; embranquec; branquitude; negritude; antirracista
Colonialidade	colonial; (?<!de))colonial
Decolonial	decolonial

Etnoconhecimento	Etnoconhec; Etnosaber
Feminismo	feminis
Gênero	mulher; travesti; transexual; g[eê]nero; transsexual
Interseccionalidade	interseccional
Raça	negr; indigena; [ií]ndio; povos origina; asi[aá]tic; branc; afro; pardo; raça
Resistência	resist; direito; constitucional; desigualdade; equidade; luta; movimento social; cidadania; cidadão; reparação; resistência; acessibilidade, inclusão social, movimento social, fake news, políticas públicas, sustentabilidade, sustentável
Sexualidade	sexualidade; pansexual; heterossexua; homossexua; gay; lesbi; LGBT; bissexua
Subalterno	subaltern; infantil; criança; autista; libras; surdo(a); surdez; deficiência auditiva; cego; deficiência visual; cadeirante; pcd; pessoa com deficiência; neuroatípico; idoso(a)
Transmodernidade	transmodern

Fonte: Elaborado pela autora (2022) a partir de MORAIS (2022).

Os conceitos de decolonialidade e a resistência podem ser questionados em grau de subordinação, uma vez que para que haja a decolonialidade é necessário uma postura de resistência, bem como posturas de resistência são dadas a partir de noções e pensamentos decoloniais. Nesse sentido, compreendemos que decolonialidade e resistência caminham juntas com o mesmo objetivo e por isso não podem ser desassociadas, como dominantes de termos segmentados, apesar de também poderem ser analisadas como termos e sub-categorias que carregam seus próprios significados.

A escolha dos termos foi dada a partir do potencial inclusivo e pode ser modificado de acordo com a ampliação do pensamento decolonial. Também vale indicar que foi colocado em “subalterno” os sujeitos que não possuem uma

subclasse diretamente representativa como Gênero - Mulher. Já os termos Interseccionalidade e Transmodernidade possuem poucos termos representativos devido a se tratarem de aplicações de conceitos como: A interseccionalidade ser compreendida como abordagens que compreendem que gênero, raça e classe não operam em separado (PEREIRA, 2021); enquanto que a transmodernidade trata-se do pensamento crítico latino americano que o “transmoderno” encontra-se na exterioridade das culturas dominantes euro-americana (DUSSEL, 2016), ou seja, que são cronologicamente anteriores a dinâmica colonial, como Cultura islâmica; ameríndia; africana; indiana, entre outras.

3.1 Resultados

Devido a compreendermos que os termos apresentados anteriormente expressam a visibilidade temáticas decoloniais, elaboramos uma tabela com os resultados de quantas vezes termos decoloniais aparecem em todos os onze GTs, dentro de um recorte temporal de 5 anos (2016 - 2021).

Esse levantamento se faz necessário na primeira análise qualitativa para compararmos o impacto da utilização de termos decoloniais no GT3 com relação aos outros GTs, por ano. De modo que esses resultados serão utilizados numa perspectiva comparativa com a análise semântica quali-quantitativa da segunda fase da análise.

Nesse sentido, inicialmente realizamos o levantamento de todos os artigos por GT, de modo que recuperamos o total de 2061 artigos para a análise.

Tabela 1: Total de artigos por ano e GT

GTs	2016	2017	2018	2019	2021
GT1	29	27	29	27	19
GT2	61	65	49	60	38
GT3	29	37	53	50	36
GT4	45	46	62	82	49
GT5	23	32	45	41	41
GT6	22	22	25	48	33
GT7	48	57	45	41	26

GT8	43	44	48	47	43
GT9	20	19	31	38	15
GT10	53	27	45	35	25
GT11	19	16	12	23	15
Total:	392	392	444	492	342

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Desses artigos, recuperamos o total de 36.993 termos representativos da decolonialidade em todos os GTs no mesmo recorte temporal, para que assim possamos identificar o potencial impacto de temáticas decoloniais no GT3 com relação a outro GTs.

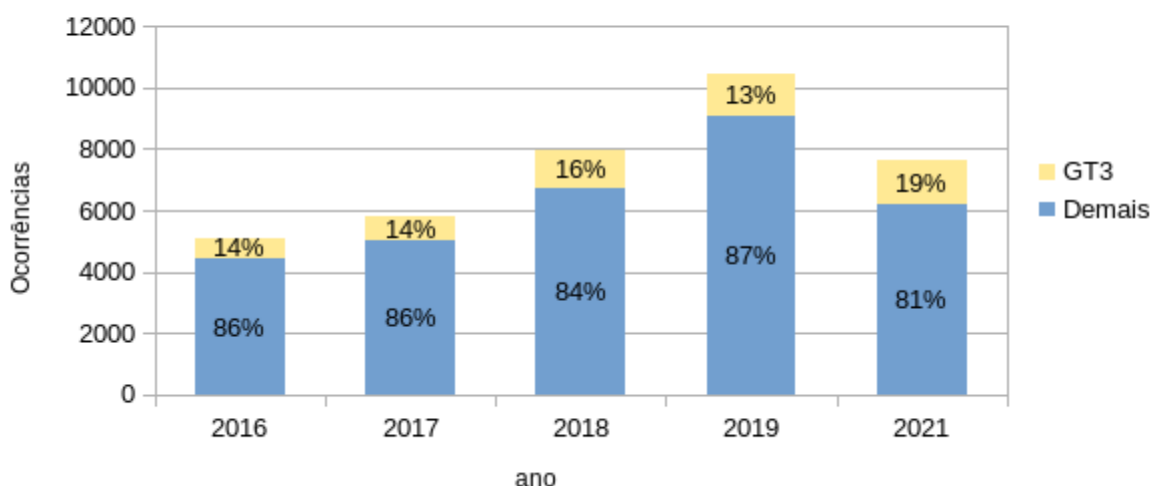
Tabela 2: Ocorrência de termos decoloniais

	Demais GTs	GT3
2016	4424	692
2017	4997	789
2018	6738	1242
2019	9078	1398
2021	6206	1429

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Nesse sentido realizamos um gráfico que apresenta a média de ocorrências por artigo em cada GT.

Quadro 2: Ocorrências dos termos no ENANCIB por ano - Proporção do GT3 comparado com os demais GTs



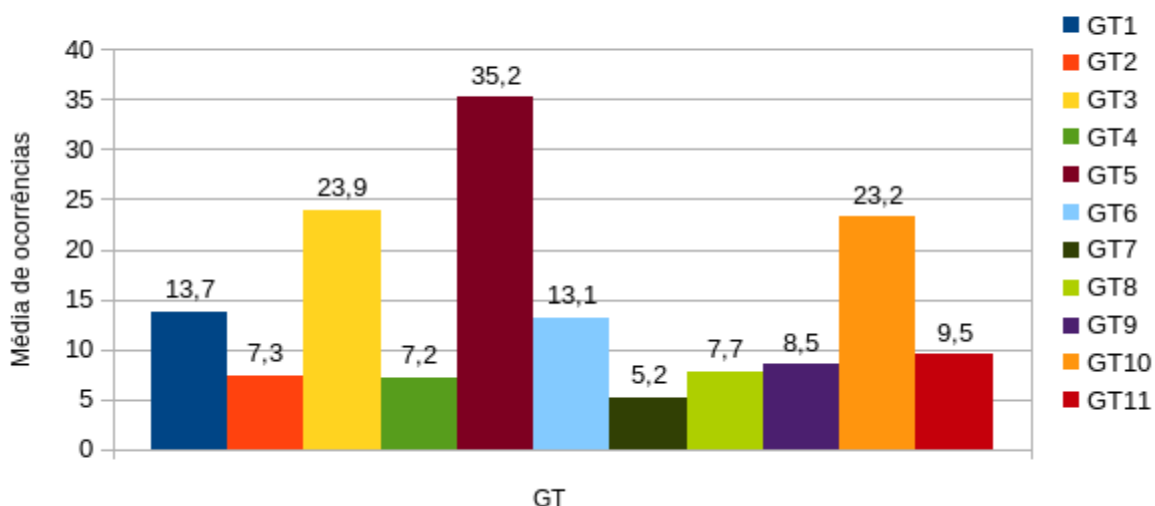
Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Dessa forma é possível identificar que apesar de não podermos prever as escolhas subjetivas dos autores referente aos termos decoloniais que possibilitam visibilidade à sujeitos subalternos ou ideais decoloniais, não podemos negar que a utilização desses termos não expresse, mesmo que em trabalhos não naturais ou focados em temas decoloniais, a visibilidade para essas temáticas. De modo que quando não expressado dentro de um caráter discriminatório, como já é esperado em contextos de defesa à ciência, possibilita a Mediação de uma Informação ética que visa emancipar os sujeitos.

Tais resultados nos levam a concluir que a presença de termos decoloniais no GT3 se mantém como referência, seja nos anos que os demais GTs não utilizam muito termos decoloniais, ou em anos como em 2019 que tivemos uma alta utilização desses mesmo termos, conforme poderemos ver a seguir.

Para uma perspectiva mais contemplativa, realizamos uma média de termos por artigo nos GTs, para compreender o impacto do GT3 na temática decolonial a partir de uma comparação com os outros GTs.

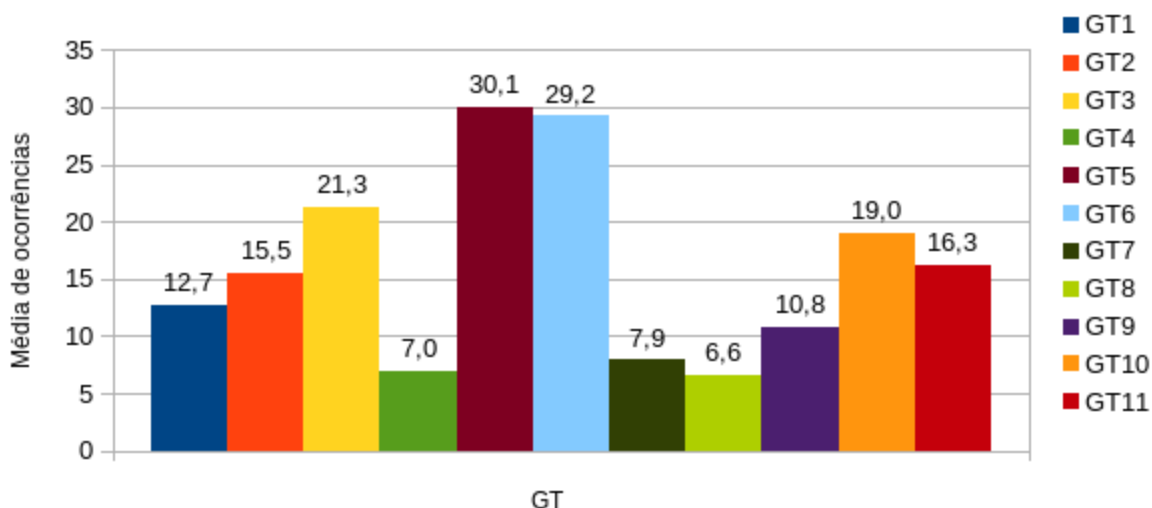
Quadro 3: Média de ocorrência dos termos nos GTs (ano de 2016)



Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

No gráfico acima percebemos que os GTs de maior peso na visibilidade e/ou desenvolvimento de temáticas decoloniais são o GT5 - Política e economia da informação, GT3 - Mediação, circulação e apropriação da informação e GT10 - Informação e memória, respectivamente. Enquanto que os que menos abordaram ou deram visibilidade às pautas da temática foram GT7 - Produção e comunicação da informação; GT4 - Gestão da informação e do conhecimento e GT2 - Organização e representação do conhecimento; no evento de temática “Descobrimientos da Ciência da Informação: desafios da Multi, Inter e Transdisciplinaridade (MIT)”. Assim, podemos concluir que de modo geral temáticas decoloniais foram pouco abordadas.

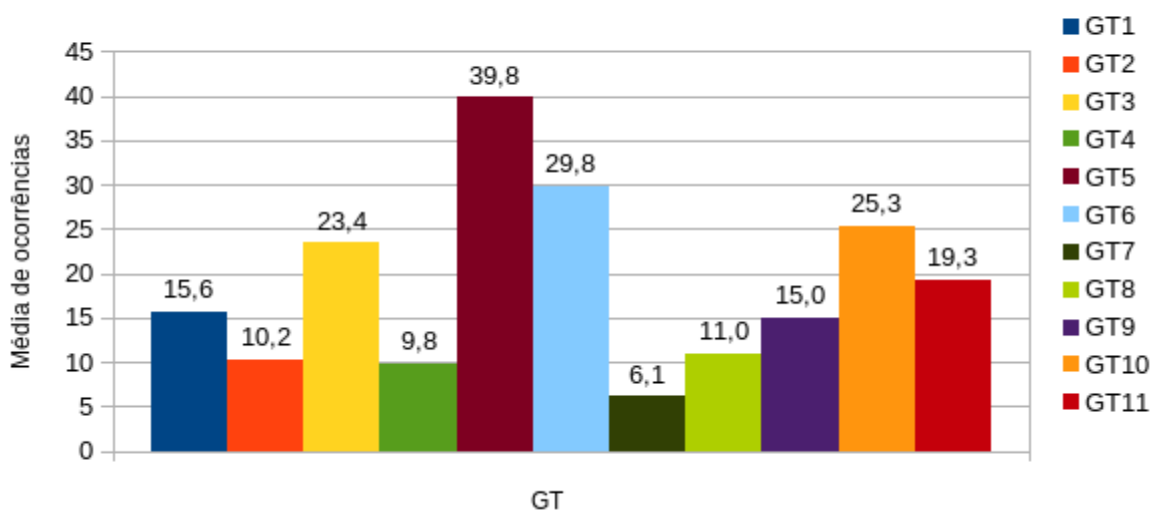
Quadro 4: Média de ocorrência dos termos nos GTs (ano de 2017)



Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

No evento do ano seguinte, com o tema “Informação, sociedade e complexidade” traz maiores ocorrências de usos de termos referentes à temática decolonial, com destaque para o GT5 - Política e economia da informação, novamente; GT6 - Informação, educação e trabalho com um salto de 13,1 para 29,2; seguidos pelo GT3 - Mediação, circulação e apropriação da informação. Os que tiveram menor menção foram o GT8 - Informação e tecnologia; GT4 - Gestão da informação e do conhecimento; seguido pelo GT7 - Produção e comunicação da informação.

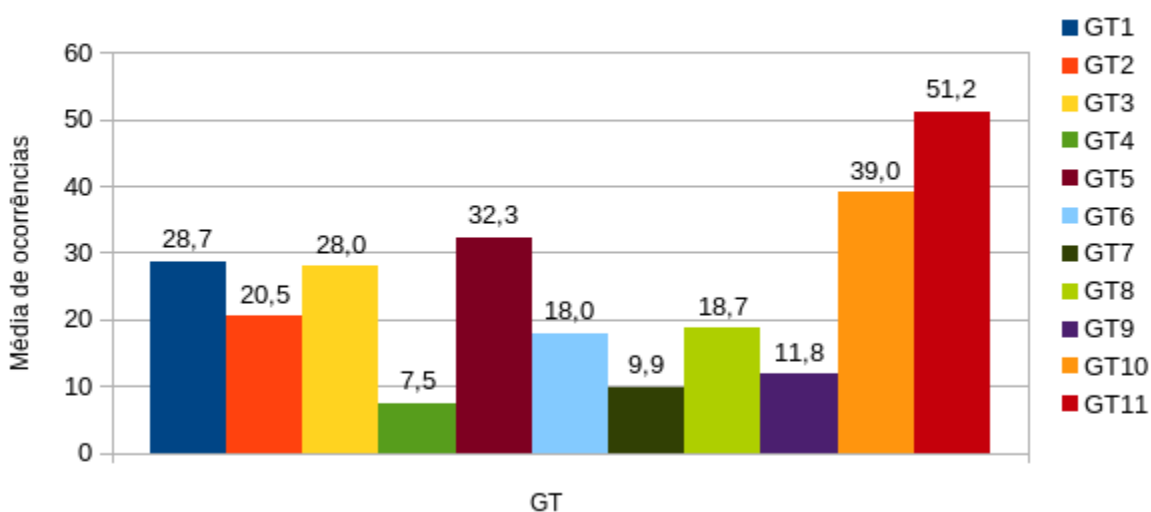
Quadro 5: Média de ocorrência dos termos nos GTs (ano de 2018)



Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

No ano seguinte, a temática “Sujeito informacional e as perspectivas atuais em ciência da informação”, liderado pelos GT5 - Política e economia da informação; GT6 - Informação, educação e trabalho; e GT10 - Informação e memória. Enquanto que os que menos abordaram termos da temática foram GT7 - Produção e comunicação da informação; GT4 - Gestão da informação e do conhecimento; e GT2 - Organização e representação do conhecimento.

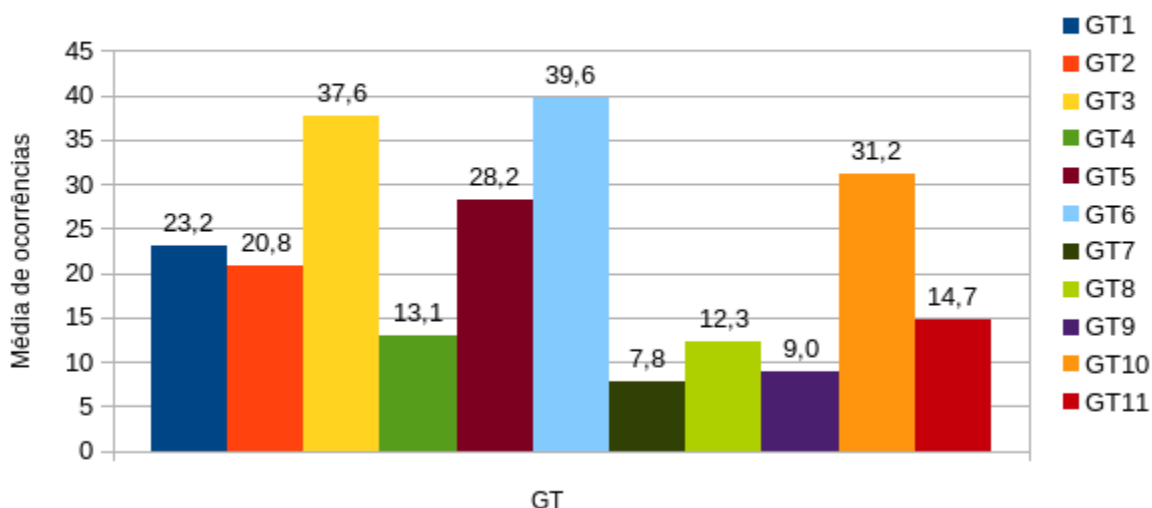
Quadro 6: Média de ocorrência dos termos nos GTs (ano de 2019)



Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Em 2019 tivemos o tema: A Ciência da Informação e a era da Ciência dos Dado. Nesse ano tivemos um impacto com o aumento considerável dos GTs com relação à temática decolonial. Sendo que os GTs que mais utilizaram dos termos decoloniais foram o GT11 - Informação e saúde, com um salto de 19,3, para 51,2 termos por artigo; GT10 - Informação e memória, também com um salto de 25,3 para 39 termos por artigo; e GT5 - Política e economia da informação. Enquanto que os de menor impacto foram GT4 - Gestão da informação e do conhecimento; GT7 - Produção e comunicação da informação; e GT9 - Museu, patrimônio e informação.

Quadro 7: Média de ocorrência dos termos nos GTs (ano de 2021)



Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Já no ano de 2021, com o tema “50 anos de Ciência da Informação no Brasil: saberes, diversidade e transformação social”, com os GTs 6 - Informação, educação e trabalho; 3 - Mediação, circulação e apropriação da informação; e 10 - Informação e memória, como os mais representantes da temática decolonial e GTs 7 - Produção e comunicação da informação; 9 - Museu, patrimônio e informação; e GT8 - Informação e tecnologia, como os que possuem menos termos decoloniais por artigo.

A partir dos gráficos apresentados, podemos verificar que houve identificar que houve um aumento da visibilidade e utilização de termos decoloniais desde 2016, que deve-se à difusão, reconhecimento e escolha da atribuição dos termos referentes à sujeitos e pautas decoloniais. Nesse sentido identificamos a importância do GT3 como um dos grupos que melhor trabalham e dão visibilidade à temáticas decoloniais, bem como o GT5, GT10 E GT6. Enquanto que os grupos que trabalham menos com a visibilidade da temática decolonial de forma impactante são o GT7 e GT4, bem como o GT8, grupos mais vinculados às áreas tecnológicas e ciências exatas da BCI, que por sua vez não impedem a abordagem de um viés ético e representativo da decolonialidade.

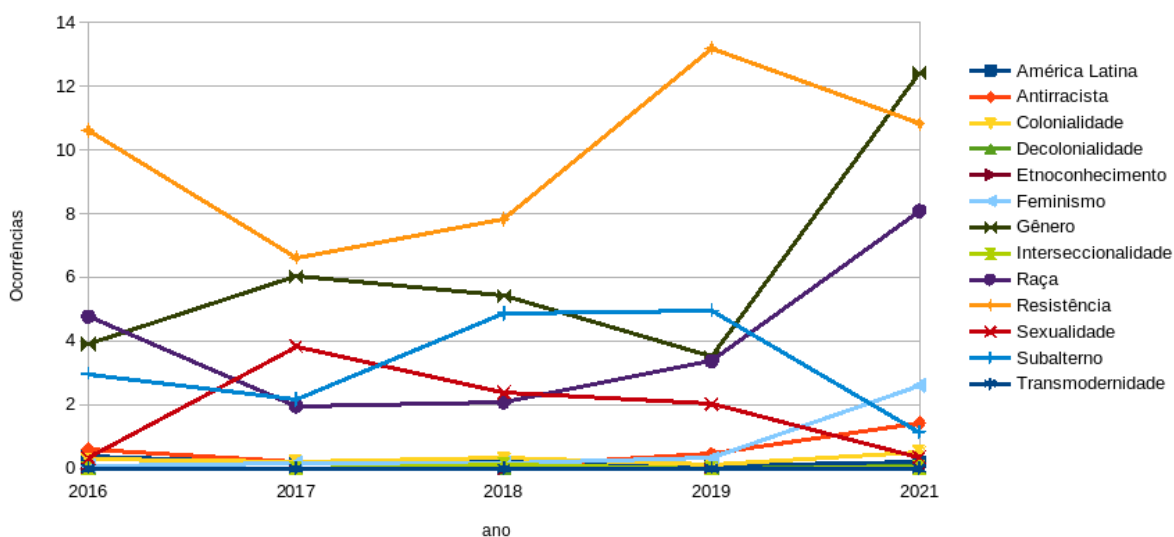
Com base nesse contexto, é possível criar uma análise de qual termo foi utilizado e por quais anos, bem como um ranking de termos utilizados por temática no GT3. Apresentado abaixo:

Tabela 3: Ranking de categorias com mais termos utilizados no GT3

Posição	Termos	Ocorrências
1	Resistência	2039
2	Gênero	1270
3	Raça	795
4	Subalterno	714
5	Sexualidade	319
6	Feminismo	131
7	Antirracista	104
8	Colonialidade	59
9	América Latina	36
10	Interseccionalidade	8
11	Decolonialidade	3
12	Etnoconhecimento	0
13	Transmodernidade	0

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

No qual identificamos que a decolonialidade pode ser mais identificada em assuntos vinculados às subcategorias: resistência, gênero e raça.

Quadro 8: Média de ocorrência dos termos agrupados por categoria no GT3

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Em virtude dos dados, é possível verificar que os três termos mais presentes no GT3 são: resistência; gênero e raça respectivamente. O termo resistência possui um conceito abrangente a diversas situações e por isso é a temática mais apresentada, não só no GT3, mas como nos outros GTs também. A subcategoria atingiu o número de 2.039 ocorrências de termos representativos só no GT3 e de 15.598 dos demais GTs. Fora esse termo em especial, que pode aparecer em diversos discursos independentemente do trabalho completo conter uma abordagem decolonial, foi identificado um salto do termo “gênero” em 2021, não só pelo termo poder aparecer em outros contextos que não representam o debate de gênero dos sujeitos, mas também devido a uma publicação em especial, que também justifica o crescimento da categoria “raça”.

O texto de *“Informação e emancipação social: representações sociais das mulheres negras da casa das mulheres da maré no rio de janeiro”* (2022), de Fevrier e Sales, que contém o termo “mulher” indicado 130 vezes, e “negr” 98. O termo “negr” também aparece 82 vezes no texto de Alves e Cortês, *“Mediação da informação consciente para um protagonismo social negro no enancib”* (2022). Tais ocorrências atípicas também ocorrem em outros GTs, como é o caso do tema “resistência”, que teve seus termos representativos utilizados 899 vezes no GT5 de 2018 em um texto que se aprofunda sobre o direito dos cidadãos à informação. Porém, a partir de simulações de redução do número de termos nesses casos específicos não impacta em ordem de prioridade das subclasses que foram mais utilizadas no ano.

Nesse sentido, podemos verificar que no ano de 2016, com o de 392 artigos analisados, localizamos a ocorrência de termos representativos de cada categoria, como apresentado abaixo, as cores escolhidas estão vinculadas à uma série de termos já indicados no quadro 1, relacionados e contados de modo individual conforme pode ser observado no apêndice do trabalho.

Tabela 4: Número de ocorrências por categoria nos GTs, ano de 2016

Termo:	GT 1	GT 2	GT 3	GT 4	GT 5	GT 6	GT 7	GT 8	GT 9	GT1 0	GT1 1
América Latina	4	7	11	1	14	2	6	6	2	8	2
Antirracista	5	0	17	0	0	0	2	0	0	20	0

Feminismo	2	2	6	0	2	0	74	0	0	0	1
Gênero	36	261	223	6	9	26	129	7	10	81	99
Interseccionalidade	0	3	0	0	0	0	1	0	0	1	0
Raça	34	100	72	40	48	135	53	84	63	127	16
Resistência	156	564	245	244	820	358	131	151	120	248	83
Sexualidade	107	35	142	0	3	1	5	2	1	0	32
Subalterno	4	16	80	22	65	85	12	39	6	19	27
Transmodernidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Em 2018, com o total de 444 artigos analisados, obtivemos:

Tabela 6: Número de ocorrências por categoria nos GTs, ano de 2018

Termo:	GT 1	GT 2	GT 3	GT 4	GT 5	GT 6	GT 7	GT 8	GT 9	GT10	GT11
América Latina	1	3	10	2	20	1	10	20	7	20	1
Antirracista	0	9	3	1	4	138	0	0	0	12	0
Colonialidade	10	10	17	0	10	8	2	0	8	22	0
Decolonialidade	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Etnoconhecimento	0	13	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Feminismo	1	38	8	0	4	2	0	0	0	48	0
Gênero	17	105	287	84	275	19	86	18	10	277	91
Interseccionalidade	0	1	7	0	1	0	0	0	0	0	0
Raça	49	75	110	53	89	344	42	64	36	238	18

Resistência	331	202	415	323	116 4	187	134	233	204	437	111
Sexualidade	2	12	126	128	7	9	0	62	0	48	8
Subalterno	42	34	258	17	217	37	2	131	200	37	2
Transmodernidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Já em 2019, com 492 artigos totais, encontramos:

Tabela 7: Número de ocorrências por categoria nos GTs, ano de 2019

Termo:	GT 1	GT 2	GT 3	GT 4	GT 5	GT 6	GT 7	GT 8	GT 9	GT1 0	GT1 1
América Latina	2	6	3	8	11	16	32	5	6	15	1
Antirracista	1	34	22	0	56	28	0	0	0	7	20
Colonialidade	0	34	6	0	12	21	2	0	42	50	0
Decolonialidade	0	2	0	0	0	3	0	0	0	2	0
Etnoconhecimento	0	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Feminismo	88	95	16	9	1	4	9	3	0	51	3
Gênero	437	417	175	134	24	105	107	51	37	488	405
Interseccionalidade	0	23	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Raça	72	261	168	45	83	253	36	21	104	235	230
Resistência	148	252	660	387	107 5	374	216	460	149	414	308
Sexualidade	7	73	101	3	0	3	4	282	1	15	81
Subalterno	19	24	247	25	63	57	0	56	108	87	129

Transmodernidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Enquanto que em 2021, com 342 artigos totais, localizamos:

Tabela 8: Número de ocorrências por categoria nos GTs, ano de 2021

Termo:	GT 1	GT 2	GT 3	GT 4	GT 5	GT 6	GT 7	GT 8	GT 9	GT10	GT11
América Latina	2	7	7	1	6	9	19	6	12	8	2
Antirracista	19	15	54	1	4	23	0	3	1	28	4
Colonialidade	20	115	20	4	8	19	0	0	7	71	0
Decolonialidade	0	49	2	0	0	1	0	0	5	3	0
Etnoconhecimento	0	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Feminismo	36	18	99	0	0	33	4	2	0	32	2
Gênero	138	192	472	80	52	475	75	51	3	133	31
Interseccionalidade	5	0	1	0	0	5	0	0	0	2	0
Raça	135	221	307	32	63	233	15	29	20	86	11
Resistência	54	96	411	512	917	431	90	307	82	313	161
Sexualidade	5	41	13	0	9	37	1	2	1	61	0
Subalterno	26	26	43	10	98	42	0	129	4	44	10
Transmodernidade	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Por fim, realizamos uma análise pautada apenas na análise conceitual dos trabalhos apresentados no GT3. Visando identificar a utilização dos mesmos termos

na análise conceitual do título, resumo e palavras-chave para a identificação de quantos trabalhos aprofundados nas pautas sociais de caráter decolonial foram elaborados no GT3 do ENANCIB (2016 - 2021). Os resultados da análise foram:

Tabela 9: Ocorrência de categorias no GT3

CATEGORIAS	2016	2017	2018	2019	2021	Total por assunto
América latina	1	2	1	1	2	7
Antirracista	0	1	1	4	2	8
Colonialidade	1	1	0	0	4	6
Decolonialidade	3	0	5	2	1	11
Etnoconhecimento	2	3	3	3	4	15
Feminismo	0	2	0	2	3	7
Gênero	0	1	2	1	4	8
Interseccionalidade	2	1	2	2	2	9
Raça	0	1	1	3	2	7
Resistência	10	10	15	22	20	77
Sexualidade	0	0	0	2	0	2
Subalterno	5	4	6	10	7	32
Transmodernidade	2	1	0	2	0	5
Potencialmente decolonial	4	6	7	7	7	31
Sem envolvimento com a temática	11	12	25	15	5	68
Total de ocorrências confirmadas	26	27	36	54	51	194
Total de textos	29	37	53	50	36	207

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Desse modo podemos identificar que a temática resistência continua sendo a temática decolonial mais presente nos textos apresentados no GT3, com 45 ocorrências detectadas, seguidos de subalterno com 23 ocorrências, que condiz com as menções de resistência. Sendo o Brasil um país de histórico subalterno, é natural que os estudos da área de mediação da informação discorram sobre o tema, pois o acesso à informação de modo ético, inclusivo e acessível é uma preocupação da BCI.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício da cidadania é um dos direitos fundamentais para a formação dos sujeitos livres que apresentam suas necessidades informacionais, que podem vir a ser tratadas pela mediação informacional quando o profissional da BCI for solicitado, pois a mediação está associada “à vida, ao movimento e ao processo de produção de sentidos” (GOMES, 2010, p. 87).

Dessa forma a interação entre os sujeitos e ambientes é pautada na capacidade dos cidadãos absorverem, assimilarem e interpretarem aspectos populares, étnicos e culturais a partir de seus próprios repertórios de vivências e conhecimentos adquiridos, bem como no nível de escolaridade do sujeito, contexto familiar, contexto profissional e social (SOUTO, 2010.)

Portanto, o profissional da BCI precisa estar preparado para lidar com essas novas demandas sociais a fim de ser o mais éticos, como também permitir ao usuário da informação participar de uma mediação justa que proponha que o mesmo possua as ferramentas necessárias para ter acesso à informação, poder se apropriar dela e adotar uma postura de protagonismo social se for de seu desejo. Pois conforme verificamos, trazer visibilidade à uma temática/assunto, ou desconstruir imagens negativas que impedem um sujeito de buscar formas para emancipar-se sobre a sua qualidade de vida e saúde, bem como da sua posição social, cultural e econômica, pode salvar a vida de sujeitos seja a partir da própria emancipação, ou a partir de do apoio popular de uma população que defende o exercício dos direitos de seus diferentes, bem como da defesa de corpos subalternos que sofrem alto índice de violências, em especial no Brasil.

Pois segundo os dados apresentados, podemos identificar que aderir a uma perspectiva decolonial implica num movimento de resistência pela luta dos direitos humanos, como o caso de pessoas com sexualidade, raça, gênero e etnia diferentes das do colonizador: homem, hetero, branco, euro-americano, cristão. Da mesma forma que pensar em ações para reinvenção da área é um ato de ação intrínseco de resistência e decolonialidade.

De modo que, atuar por meio de uma perspectiva decolonial é podar as ferramentas da indústria do medo e demonização do que é diferente e permitir a existência de um espaço de que outras vozes possam se manifestar e ser ouvidas, contarem as suas próprias narrativas (MARTÍN-BARBERO, 1998).

Nesse sentido, Martín-Barbero (1997) afirma reconhecer que o termo "resistência", que se faz tão presente nos resultados desse trabalho, é uma característica própria do povo latino americano. Portanto, podemos afirmar que "resistir" faz parte da missão do bibliotecário, uma vez que não são poucos os ataques e tentativas de retirada de direitos, ameaças de golpes à democracia a partir de uma censura ou conivência com a exclusão de conhecimentos e sujeitos subalternos.

Os resultados dessa pesquisa, indicam o promissor crescimento do número de pesquisas com temáticas decoloniais, em especial de resistência, questões de gênero, raça e interseccionalidade. Portanto, apesar das temáticas decoloniais serem abordadas a partir de pautas sociais individuais, ainda falta a compreensão e autoafirmação da pauta decolonial como intrínseca às pautas sociais, bem como da própria BCI.

Dada a importância de um fomento deste debate, o ENANCIB 2022 vai aderir ao GT12: Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades, que apenas pelo indicativo do subtítulo já conseguimos identificar o objetivo de atingir ao debate decolonial na BCI. Apesar disso, ainda é necessário que o GT3 se aproprie desses termos por mais que agora tenhamos a existência do GT12. Pois é no grupo de trabalho de mediação que ocorrem as publicações de mediação humana, cultural e tecnológica; comunicação e apropriação da informação; necessidade, busca, acesso e uso da informação; debate sobre a leitura; bem como a competência em informação.

Da mesma forma que seria necessária a adesão do viés decolonial para toda a BCI, que podem ser expressos pelos GTs do ENANCIB, mas principalmente para os GTs das áreas tecnológicas que carecem no reconhecimento das pautas sociais como a verdadeira razão pela qual buscamos avançar como sociedade e como ciência. Para que possamos articular novos sistemas que tragam esse conhecimento subalterno às potências socioeconômicas como dos países que já foram colonizadores, a partir de uma defesa do saber e dos sujeitos, ao invés das armas e do dinheiro que criam essas estruturas de poder em benefício de poucos.

Assim a identificação de questões decoloniais em debates acadêmicos irão permitir que maiores estratégias de inclusão acadêmica possam ser realizadas, por meio de uma organização social acadêmica que reivindique o sua relevância acadêmica e proponha outras formas de pensar e fazer ciência.

Tais ações possibilitam a defesa e garantia da “cidadania cultural”, que preza pela garantia do reconhecimento dos indivíduos como sujeitos políticos legítimos de direitos presentes na Constituição Brasileira (CRIPPA, 2022), para que assim possamos criar uma BCI mais inclusiva e contemplativa que de fato nos proporcione um avanço científico a partir da somatória, não da exclusão de saberes, para que assim possamos construir outros mais.

Pois realizar esse giro-decolonial também é sobre ressignificar, empoderar e reconhecer nossa identidade bem como a beleza da diversidade, para que assim todos e todas, por meio de uma mediação informacional ética possam ser respeitados e admirados pelo que são.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. **Mediação da informação**: ampliando o conceito de disseminação. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). *Gestão da informação e do conhecimento*. São Paulo: Polis; Cultura Acadêmica, 2008. p.41-54

ALMEIDA JUNIOR, O. F. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 2, n. 1, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/119300>. Acesso em: 08 ago. 2022.

ANCIB. **Coordenação e Ementas de GT**. Ancib.org, 2022. Disponível em: <https://ancib.org/coordenacoes-e-ementas-de-gt/> Acesso em: 10 ago. 2022.

ARAÚJO, Andre Vieira de Freitas; OLIVEIRA, Lucia Maciel Barbosa de; GRACIOSO, Luciana; SILVA, Marco Donizete Paulino da. **Decolonialidade e Ciência da Informação**: veredas dialógica. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, e5828, nov. 2021.

ARAÚJO, C. A. V. Existe um pensamento informacional ibero-americano?. **Logeion: filosofia da informação**, v. 4, n. 2, p. 31-55, 2018. DOI: [10.21728/logeion.2018v4n2.p31-55](https://doi.org/10.21728/logeion.2018v4n2.p31-55) Acesso em: 16 ago. 2022.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Novo quadro conceitual para a Ciência da Informação**: informação, mediações e cultura. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v.9, n.2, set./dez. 2016. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/975259024e9e4587e79d06e32b432fc8/1?pq-origsite=gscholar&cbl=307051> Acesso: 12/09/2022.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O que é Ciência da Informação?. **Informação & Informação**, [S.l.], v. 19, n. 1, p. 01-30, dez. 2013. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/15958>

ARAÚJO, C. A. V.; ROCHA, E. C. F. Panorama da produção do gt-3 da ancib: autores, referências e temáticas (2005-2016). **Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação**, n. XVIII ENANCIB, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/104150>. Acesso em: 31 ago. 2022.

BALLESTRIN, L. **América Latina e o giro decolonial**. *Revista Brasileira de Ciência Política*, [S. l.], n. 11, p. 89–117, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2069>. Acesso em: 16 ago. 2022.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo Vol 2: A Experiência Viva**, Difusão Européia do Livro, 1967.

BENEVIDES, Bruna; LENZI, Maria Helena; PRADO, Pietra Fraga do; et. al. Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2021 / Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos). – Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2022. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2021/#dossi>

[%C3%AA-completo-de-mortes-e-viol%C3%AAncias-contra-lgbti+-no-Brasil-em-2021](#)

>

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/assassinatos/>> Acesso em: 18 de agosto de 2022.

BOCCATO, V. R. C. A linguagem documentária como instrumento de organização e recuperação da informação. In: HOFFMANN, W. A. M.; FURNIVAL, A. C. (Org.). Olhar: ciência, tecnologia e sociedade. São Paulo: Pedro e João Ed., CECH-UFSCar, 2008.

BRASIL, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Relatórios contendo informações penitenciárias referentes ao contexto nacional**. Departamento penitenciário nacional. 11º Ciclo – INFOPEN, v. 2, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen/mais-informacoes/relatorios-infopen/brasil>> Acesso em: 16 ago. 2022.

BRASIL, Ministério da Saúde. Mortalidade por suicídio na população indígena no Brasil, 2015 a 2018. Boletim Epidemiológico 2020; 51: 1–7

CAROLINA IARA. **Bancada Feminista PSOL**. 2022. Disponível em: <<https://bancadafeministapsol.com.br/>>. Acesso em: 13/09/2022.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECOLOGIA. Resolução n. 006, 13 de julho de 1966. Diário Oficial da União, Brasília, 13 jul. 1966. Seção 1. p.13266.

CONSELHO INDIGENA MISSIONÁRIO. **Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil** – Dados de 2021. Cimi; CNBB, 2022. Disponível em: <<https://cimi.org.br/2022/08/relatorioviolencia2021/>> Acesso em: 12 set. 2022.

CRIPPA, G. Entre coleções e monumentos coloniais: uma abordagem a partir do conceito de “patrimônio dissonante”. **Liinc em revista**, v. 17, 2021. DOI: <[10.18617/liinc.v17i2.5776](https://doi.org/10.18617/liinc.v17i2.5776)> Acesso em: 16 ago. 2022.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. Organização de Frank Barat; tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

DUSSEL, Enrique. **Transmodernidade e interculturalidade**: interpretação a partir da filosofia da libertação. Revista Sociedade e Estado. V. 31. N. 1 Janeiro/Abril, 2016 Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100004>>. Acesso em: 16 ago. 2022.

FERNANDES, Estevão R. **“Existe índio gay?”**: a colonização das sexualidades indígenas no Brasil. Curitiba: Editora Prismas, 2017. 245p.

FISCHER, Ernst. **A necessidade da arte**. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

FLUSSER, Vilém. **O mundo codificado**: por uma filosofia do design e da comunicação, São Paulo, Cosac Naify, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 32. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. Anuário Brasileiro De Segurança Pública 2022. KONRAD ADENAUER STIFTUNG. Ed. 16 - 2022 disponível em <<https://forumseguranca.org.br/anuario-edicao-especial-2022/>> Acesso em: 18 de agosto de 2022.

FUJITA, Mariângela S. L.. Modelos de categorização par a construção de tesouros: metodologia de ensino. *In*: BOCCATO, Vera Regina Casari; GRACIOSO, Luciana de Souza (Org.). **Estudos de linguagem em ciência da informação**. Campinas: Alínea, 2011. (35 - 67 p.)

FUJITA, Mariangela Spotti Lopes; MARTELETO, Regina Maria; LARA, Marilda Lopes Ginez de. **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. Marília, UNESP, 2008.

GUAJAJARA. K.. **Território ancestral**. Hapohu, 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=szzDJahvUS8>> Acesso em 16 de setembro de 2022.

GUAJAJARA. K.. **Mãos vermelhas**. Uzaw, 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=P9aAhuJLnt0>> Acesso em 16 de setembro de 2022.

GOMES, Henriette Ferreira. **A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação**. Informação & informação. v.2, 2014.

GOMES, H. F. **Tendências de pesquisa sobre mediação, circulação e apropriação da informação no Brasil: estudo em periódicos e anais dos Enancib (2008-2009)**. *Pesq. Bras. Ci. Inf.*, Brasília, v.3, n.1, p.85-99, jan./dez.2010. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/viewFile/28/58>>.

GROSGOUEL, Ramón. **A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI** * * Versão modificada do artigo "The structure of knowledge in westernized universities: epistemic racism/sexism and the four genocides/epistemicides of the long 16th century", *Human Architecture: Journal of the Sociology of Self-Knowledge*, v. XI, issue 1, 2013, p. 73-90. Traduzido por Fernanda Miguens, Maurício Barros de Castro e Rafael Maieiro. Revisão: Joaze Bernardino-Costa. . *Sociedade e Estado* [online]. 2016, v. 31, n. 1, pp. 25-49. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003>>. Acesso em: 16 Agosto 2022.

KARNAL, Leandro. **Todos contra todos: O ódio nosso de cada dia**. Editora LeYa, ed. 1. 2017.

KUHLTHAU, C. C. **Seeking meaning: a process approach to library and information services**. Norwood: Ablex, 1993.

LEVANTAMENTO NACIONAL DE INFORMAÇÕES PENITENCIÁRIAS: INFOPEN, atualização junho de 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/depen/pt-br/sisdepen>>. Acesso em: 16 ago. 2022.

LIMA, G. D. S.; ALMEIDA, C. C. **Perspectiva pós-colonial e decolonial no campo da organização do conhecimento:** reflexões para a construção de socs multiculturais. 2019, p. 524-530. Disponível em:

<<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/125408>> Acesso em: 16 ago. 2022.

MARTÍN-BARBERO, J. (1998). **Comunicação e Cidade:** entre Meios e Medos. *Novos Olhares*, (1), 5-9. 1998 Disponível em:

<<https://doi.org/10.11606/issn.2238-7714.no.1998.51305>> Acesso em: 12 set. 2022.

MARTÍN-BARBERO, J.; BARCELOS, C.. Comunicação e mediações culturais.

Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v. 23, n. 1, 2004. DOI: 10.1590/rbcc.v23i1.2010. Disponível em:

<https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/2010>. Acesso em: 12 set. 2022.

MARTÍN-BARBERO, J.. **Desafios culturais da comunicação à educação.**

Comunicação & Educação, (18), 51-61. 2000. Disponível em:

<<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v0i18p51-61>>

MARTÍN-BARBERO, J.. **Dos meios às mediações.** Comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1997.

MORAIS, M. W.. A decolonialidade e o feminismo decolonial revistos a partir das categorias PMEST de Ranganathan. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022.

MORAIS, M. W.; GRACIOSO, L. S.. [Congruências entre os princípios decoloniais e os estudos informacionais: considerações introdutórias com base nas produções do gt 2 enancib](#). **Anais...** Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro (RJ), n.21., 2021.

OLIVEIRA, C. S.; LOTUFO NETO, F.. **Suicídio entre povos indígenas:** um panorama estatístico brasileiro. *Archives of Clinical Psychiatry (São Paulo)* [online]. 2003, v. 30, n. 1, pp. 4-10. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/S0101-60832003000100001>>. Acesso em: 7 de setembro 2022.

ORLANDI, E. P.. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. Campinas: UNICAMP, 1992. 189 p.

ORTEGA Y GASSET, J.. **Missão do bibliotecário.** Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2006. 82 p.

PAVIS, P.. **A análise dos espetáculos:** teatro, mímica, dança, dança-teatro, cinema, São Paulo, Perspectiva, 2005.

PEREIRA, B. C. J.. **Sobre usos e possibilidades da interseccionalidade.** *Civitas - Revista de Ciências Sociais* [online]. 2021, v. 21, n. 3. pp. 445-454. Disponível em: <<https://doi.org/10.15448/1984-7289.2021.3.40551>>. Acesso em: 7 de setembro 2022.

PERROTTI, E.. Sobre informação e protagonismo cultural. In: GOMES, Henriete Ferreira; FERREIRA NOVO, Hildenise; et al. **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017.

PIERUCCINI, I.. Mediação e protagonismo cultural: a estação memória. In: GOMES, Henriete Ferreira; FERREIRA NOVO, Hildenise; et al. **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017.

QUIJANO, A. **Colonialidad y modernidad/racionalidad**, Perú Indígena, vol. 13, n. 29, Lima, 1992.

RIBEIRO, L. C.; TUZZO, S. A. **Jesus Martín Barbero e seus estudos de mediação na telenovela**. Comunicação & Informação, Goiânia, Goiás, v. 16, n. 2, p. 39–49, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/29187>. Acesso em: 12 set. 2022.

RIGHETTO, G. G.; KARPINSKI, C. Por uma epistemologia social decolonial. **Transinformação**, v. 33, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/156757> Acesso em: 12 set. 2022.

RIGHETTO, G. G.; KARPINSKI, C.; VIEIRA VITORINO, E. Competência em informação como forma de pedagogia decolonial e intercultural: construindo significados. **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. e5750, 2021. DOI: 10.18617/liinc.v17i2.5750. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5750>. Acesso em: 20 ago. 2022.

SANCHES, G. A. R.; RIO, S. F. do. Mediação da Informação no fazer do bibliotecário e seu processo em bibliotecas universitárias no âmbito das ações culturais. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 103-121, 2010. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v1i2p103-121. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42323>. Acesso em: 14 ago. 2022.

SANCHEZ, N.; SILVA, S. C.. **Cultura, Conhecimento e Memória: olhares decoloniais**. Liinc em revista, v. 17, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/159519> Acesso em: 15 ago. 2022.

SANTOS, B. de S. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. São Paulo: Novos Estudos, n. 79, 2007.

SANTOS, V. M.. **Notas Desobedientes: Decolonialidade E A Contribuição Para A Crítica Feminista À Ciência**. Psicologia & Sociedade [online]. v. 30, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30200112>. Acessado em: 15 Agosto 2022.

SANTOS NETO, J. A. D.; ALMEIDA JUNIOR, O. F. **O caráter implícito da mediação da informação**. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 27, n. 2, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/92037>>

SAUSSURE, F. **A natureza do signo linguístico**. In. SAUSSURE, F. Curso de linguística geral. 20ª edição. São Paulo: Cultrix, 1995.

SENNA, P. ; GRACIOSO, L. S. . **Bibliotecárias negras falam por si e suas vozes são potentes**. In: Franciéle Carneiro Garcês da Silva. (Org.). **Bibliotecárias Negras:**

perspectivas feministas, antiracistas, decoloniais em biblioteconomia e Ciência da informação. .ed.: , 2021, v. , p. 43-.

SILVA, A. P. C.; CAVALCANTE, L. E.; COSTA, M. F. O.. O diálogo entre biblioteca e comunidade : um estudo de caso acerca do perfil e das percepções dos usuários das bibliotecas comunitárias de Itaitinga, Ceará.. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 23, n. 1, p. 39-54, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/36847>. Acesso em: 13 ago. 2022.

SILVA, F. S.; NUNES, J. V.; CAVALCANTE, L. E. **O conceito de mediação na ciência da informação brasileira**: uma análise a partir da brapci. Brazilian Journal of Information Science, v. 12 No 2, n. 2, 2018. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/14734>>

SMIT, J. W.. **Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia: o que agrega estas atividades profissionais e o que as separa?**. Revista brasileira de biblioteconomia e documentação, v. 1, n. 2, p. 27-36, 2000. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/399/373>>. Acesso em: 12 set. 2022.

SOUTO, L. F.. **Informação seletiva, mediação e tecnologia**: a evolução dos serviços de disseminação seletiva da informação. Rio de Janeiro: Interciência, 2010. 130 p.

WALSH, C (ed.). **Pensamiento crítico y matriz (de)colonial: reflexiones latinoamericanas**. Quito: Editorial Universidad Andina Simón Bolívar, 2005.

ANEXOS

Texto 1:

Mãos vermelhas

Kaê Guajajara

Me diz pelo que você luta?
Que ar você respira, senão o meu fôlego?
Que comida você come, senão a que eu dou?
Abra a sua mente antes da sua boca
É o Brasil que ninguém vê

Tic, tac, tic, tac
O Agro não é tech
Não é pop e também mata
Vestem rosa ou azul
Com as mãos manchadas de vermelho

Vejo meus filhos se perguntando
Se você os mata ou se eles se matam
Se você os mata
Ou se eles matam primeiro

Você não sabe
Ninguém viu
Mas ficou cravado na minha memória
Pega no laço e você sabe a história

Legalizam o genocídio
Chamam de pardos pra embranquecer
Enfraquecer e desestruturar você
Pra não saber de onde veio

E conta a história da bisa, da sua bisa que era índia
E não é branco, nem preto
Nem indígena o suficiente, pelos fiscais de ID
Ninguém é ilegal em terra roubada

Tô renascendo das cinzas do fogo
Em que queimaram meus ancestrais
Ainda resistimos em tantos tons e vivências

Texto 2:**Território ancestral**

Kaê Guajajara

Alô mãe, você sente minha falta?
Por que eu também sinto falta de mim
Alô mãe, canta que o corpo transpassa o tempo
E nos faz resistir

Deixei meu cocar no quadro
Retrato falado, escrevo daqui
Num apagamento histórico
Me perguntam como eu cheguei aqui
A verdade é que eu sempre estive

Vou te contar uma história real
Um a um morrendo desde os navios de Cabral
Nós temos nomes, não somos números

Pra me manter viva, preciso re-existir
Dizem que não sou de verdade
Que não deveria nem estar aqui
O lugar onde vivo me apaga e me incrimina
Me cala e me torna invisível

A arma de fogo superou a minha flecha
Minha nudez se tornou escandalização
Minha língua mantida no anonimato
Kaê na mata, Aline na urbanização

Mesmo vivendo na cidade
Nos unimos por um ideal
Na busca pelo direito
Território ancestral

Vou te contar uma história real
Pindorama (território ancestral)
Brasil (tekohaw tekohaw)
Demarcação já!
No território ancestral

APÊNDICES

SCRIPT 1:

```
#!/bin/bash

#Verifica se o script foi invocado corretamente
if [ $# -eq 0 ]
then
    echo "Use o programa assim: $0 nomedapasta/"
    exit
fi

#Aceita tanto "nomedapasta" quanto "nomedapasta/"
if [ "${1: -1}" == "/" ]
then
    location="$1"
else
    location="$1/"
fi
mkdir -p txts/

#Cria um array associativo com as expressões que serão pesquisadas
declare -A arrayTermos

let "arrayTermos['latino american']=0"
let "arrayTermos['am[er]rica latina']=0"
let "arrayTermos['racis']=0"
let "arrayTermos['branquitude']=0"
.
.
.
let "arrayTermos['transmodern']=0"

#Cria um vetor com os nomes das subpastas, que contêm os GTs
gts=`ls $location -v`

#Para cada grupo de trabalho
for gt in $gts
do
    #Encontra todos os nomes dos arquivos na subpasta do GT
    files=`ls $location/$gt`

    #Zera a contagem de termos para cada GT
    for key in "${!arrayTermos[@]}"
    do
        let arrayTermos["$key"]=0
    done

    #Imprime o grupo de trabalho cujos resultados serão mostrados
    echo $gt

    #Loop que percorre todos os arquivos
```


cidadania:	7	4	25	7	38	15	3	1	3	11	7
cidadão:	9	14	31	19	180	11	8	3	13	48	22
reparação:	1	7	4	3	2	5	13	9	0	13	2
resistência:	12	27	5	41	4	2	1	0	5	22	3
gay:	13	3	4	0	0	1	0	0	4	0	0
lesbi:	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LGBT:	18	0	3	0	0	0	0	0	0	3	0
bissexua:	3	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
homossexua:	8	4	0	0	0	1	0	0	0	4	0
heterossexua:	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
pansexual:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
sexualidade:	3	5	1	0	0	1	0	3	0	7	0
subaltern:	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0
transmodern:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
infantil:	0	2	3	0	6	3	2	2	0	8	0
criança:	3	14	22	0	1	10	2	3	5	49	3
autista:	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
libras:	0	0	26	0	2	1	0	1	0	2	0
surd[oa]:	1	7	6	1	2	4	0	4	0	5	0
surdez:	0	4	2	0	3	0	0	1	0	0	0
deficiência auditiva:	0	0	5	0	3	0	0	0	0	2	0
cego:	2	0	2	0	0	3	3	4	0	1	0
deficiência visual:	0	0	5	12	3	1	0	1	0	4	0
cadeirante:	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0
pcd:	0	0	7	0	0	0	0	0	0	6	0

peessoa com deficiência:	0	0	4	0	10	0	0	0	0	14	0
neuroatípico:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
idos[oa]:	1	1	4	1	1	2	1	2	1	32	2
acessibilidade:	7	7	43	50	80	19	11	95	7	15	8
inclusão social:	0	0	24	4	19	10	2	2	0	12	0
movimento social:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
fake news:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
políticas públicas:	1	3	16	33	128	8	16	7	4	43	17
sustentabilidade:	0	0	2	11	16	1	16	5	34	3	2
sustentável:	1	2	1	3	14	3	6	3	14	3	1

Tabela 2: Ocorrências de termos (na íntegra) decoloniais 2017

TERMO	GT1	GT2	GT3	GT4	GT5	GT6	GT7	GT8	GT9	GT10	GT11
latino american:	1	0	0	4	1	1	0	2	0	0	0
am[er]icana latina:	4	8	5	4	8	1	45	4	3	5	2
racis:	0	1	8	0	2	13	1	0	1	11	0
embranque[çã]:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
branquitude:	0	0	0	0	0	19	0	0	0	0	0
negritude:	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0
antirracista:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
colonial:	0	8	4	0	2	1	0	0	1	11	0
(?<(de))colonia	0	8	4	0	2	1	0	0	1	11	0

l:											
decolonial:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
etnoconhecime nto:	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
etnosaber:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
feminis:	2	2	6	0	2	0	74	0	0	0	1
mulher:	2	38	55	0	3	12	24	4	1	18	49
travesti:	13	4	54	0	0	0	0	0	0	0	4
transexual:	5	9	19	0	0	0	0	0	0	0	4
transsexual:	5	2	0	0	0	0	0	0	0	0	3
g[eê]nero:	11	208	95	6	6	14	105	3	9	63	39
interseccional:	0	3	0	0	0	0	1	0	0	1	0
negr:	2	22	21	3	11	38	16	9	19	32	5
indigena:	0	0	1	0	0	0	0	2	0	0	0
[i]ndio:	1	0	2	0	4	0	0	0	8	15	1
povos origina:	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
asi[aa]tic:	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1
branc:	5	13	2	2	10	40	10	8	6	21	3
afro:	3	19	7	0	1	41	0	45	2	10	1
pardo:	0	0	0	2	0	0	3	3	0	3	0
raça:	23	45	39	33	21	16	24	17	27	46	5
resist:	4	8	5	6	9	4	6	3	5	33	2
direito:	46	458	71	54	358	60	30	43	59	68	14
constitucional:	2	32	1	5	12	5	2	0	0	1	0
desigualdade:	5	7	19	6	13	11	7	2	1	3	2
equidade:	0	1	1	3	3	1	2	0	0	2	0

luta:	14	14	27	7	18	9	27	4	5	30	7
movimento social:	0	1	0	0	0	1	0	0	0	5	0
cidadania:	28	3	41	19	82	28	1	3	7	4	2
cidadão:	21	11	22	27	166	36	8	9	16	40	6
reparação:	2	4	3	7	5	7	1	2	1	2	0
resistência:	4	7	3	4	6	3	6	3	4	22	2
gay:	18	6	13	0	1	0	0	1	1	0	3
lesbi:	5	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LGBT:	47	8	87	0	2	0	0	0	0	0	4
bissexua:	11	1	3	0	0	0	0	0	0	0	2
homossexua:	16	3	7	0	0	1	1	0	0	0	15
heterossexua:	1	3	6	0	0	0	0	0	0	0	1
pansexual:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
sexualidade:	9	13	26	0	0	0	4	1	0	0	7
subaltern:	0	0	5	0	1	5	0	0	0	0	1
transmodern:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
infantil:	1	1	11	0	25	2	0	12	0	5	3
criança:	2	11	45	8	12	26	8	21	4	10	17
autista:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
libras:	0	0	0	6	0	9	1	3	0	0	0
surd[oa]:	0	0	3	2	0	1	0	0	2	0	1
surdez:	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
deficiência auditiva:	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	1
cego:	0	0	1	0	1	6	0	0	0	3	1
deficiência	0	0	0	0	19	5	0	0	0	0	0

visual:											
cadeirante:	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
pcd:	0	0	0	0	3	0	0	1	0	0	0
pessoa com deficiência:	0	0	1	0	3	23	0	0	0	0	0
neuroatípico:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
idos[oa]:	1	3	14	5	1	3	3	2	0	1	3
acessibilidade:	1	0	7	17	23	154	5	61	16	1	1
inclusão social:	10	3	7	15	18	27	1	2	2	0	1
movimento social:	0	1	0	0	0	1	0	0	0	5	0
fake news:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
políticas públicas:	13	5	36	12	65	9	20	9	2	31	46
sustentabilidad e:	3	1	1	11	26	2	8	7	1	0	0
sustentável:	3	8	1	51	16	0	7	3	1	1	0

Tabela 3: Ocorrências de termos (na integra) decoloniais 2018

TERMO	GT 1	GT 2	GT 3	GT 4	GT 5	GT 6	GT 7	GT 8	GT 9	GT1 0	GT1 1
latino american:	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0
am[eé]rica latina:	1	3	10	2	19	1	10	20	7	19	1
racis:	0	8	3	1	4	48	0	0	0	11	0
embranque[çç]:	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0
branquitude:	0	0	0	0	0	80	0	0	0	0	0

negritude:	0	1	0	0	0	3	0	0	0	0	0
antirracista:	0	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0
colonial:	5	5	9	0	5	4	1	0	4	11	0
(?!(de))colonial:	5	5	8	0	5	4	1	0	4	11	0
decolonial:	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
etnoconhecimento:	0	13	0	0	0	0	0	0	0	0	0
etnosaber:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
feminis:	1	38	8	0	4	2	0	0	0	48	0
mulher:	7	48	129	19	241	5	9	0	4	233	88
travesti:	0	1	44	8	0	1	0	1	0	8	0
transexual:	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0
transsexual:	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0
gênero:	10	56	107	57	34	13	77	17	6	36	3
interseccional:	0	1	7	0	1	0	0	0	0	0	0
negr:	6	29	36	8	27	111	4	3	5	77	4
indígena:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
[í]ndio:	6	2	1	2	1	2	5	33	1	22	0
povos origina:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
asiático:	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0
branc:	1	9	16	3	13	129	2	10	6	16	1
afro:	7	9	5	3	16	74	0	1	1	68	2
pardo:	0	0	0	5	0	2	2	1	0	3	0
raça:	29	25	52	32	32	26	29	16	22	52	11
resist:	9	20	15	5	20	4	6	0	6	41	1

direito:	69	82	103	63	537	38	56	70	50	241	57
constitucional:	0	3	2	0	18	0	0	0	4	4	5
desigualdade:	4	3	37	6	20	17	1	3	2	5	1
equidade:	0	1	2	2	11	0	0	1	0	1	0
luta:	44	29	28	9	64	25	16	4	29	55	4
movimento social:	0	0	1	0	2	2	0	0	0	0	0
cidadania:	19	6	40	33	53	19	0	4	5	26	12
cidadão:	47	19	35	37	156	25	2	14	8	25	18
reparação:	3	5	6	10	4	19	12	11	6	7	0
resistência:	5	16	10	4	14	2	5	0	4	21	1
gay:	0	1	13	6	1	3	0	37	0	2	0
lesbi:	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0
LGBT:	0	4	67	99	0	2	0	20	0	3	0
bissexua:	0	3	6	9	1	1	0	2	0	2	0
homossexua:	2	1	10	5	0	1	0	0	0	18	0
heterossexua:	0	0	3	2	0	0	0	0	0	6	0
pansexual:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
sexualidade:	0	3	26	7	5	2	0	3	0	16	8
subaltern:	0	1	31	0	1	2	0	0	3	1	0
transmodern:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
infantil:	2	3	20	2	24	3	0	6	0	3	0
criança:	21	22	162	1	37	1	2	57	4	30	1
autista:	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
libras:	1	0	0	0	0	0	0	0	62	0	0
surd[oa]:	0	2	1	0	1	0	0	0	121	0	0

surdez:	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
deficiência auditiva:	2	0	1	0	0	0	0	0	3	0	0
cego:	6	3	3	2	0	0	0	60	1	0	0
deficiência visual:	2	0	25	1	0	0	0	3	1	0	0
cadeirante:	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0
pcd:	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
pessoa com deficiência:	6	0	6	6	2	0	0	2	3	0	0
neuroatípico:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
idos[oa]:	2	3	9	4	152	31	0	1	0	3	1
acessibilidade:	58	2	10	48	8	11	3	100	52	3	1
inclusão social:	5	0	15	27	14	6	0	1	1	2	3
movimento social:	0	0	1	0	2	2	0	0	0	0	0
fake news:	52	2	70	0	49	0	0	7	0	0	0
políticas públicas:	11	4	32	55	134	17	17	9	27	3	8
sustentabilida de:	5	0	3	14	36	0	12	6	3	0	0
sustentável:	0	10	5	10	22	0	4	3	7	3	0

Tabela 4: Ocorrências de termos (na íntegra) decoloniais 2019

TERMO	GT1	GT2	GT3	GT4	GT5	GT6	GT7	GT8	GT9	GT10	GT11
latino american:	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2	0

am[<u>e</u> é]rica latina:	2	6	3	8	10	16	32	5	6	13	1
racis:	1	32	21	0	55	21	0	0	0	6	20
embranque[<u>cç</u>]:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
branquitude:	0	0	0	0	1	4	0	0	0	0	0
negritude:	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
antirracista:	0	1	1	0	0	3	0	0	0	1	0
colonial:	0	18	3	0	6	12	1	0	21	26	0
(? <u>!</u> (de))colonial:	0	16	3	0	6	9	1	0	21	24	0
decolonial:	0	2	0	0	0	3	0	0	0	2	0
etnoconhecime nto:	0	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0
etnosaber:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
feminis:	88	95	16	9	1	4	9	3	0	51	3
mulher:	291	202	127	111	6	39	24	19	14	337	376
travesti:	1	1	4	1	0	0	1	11	0	6	7
transexual:	0	2	0	0	0	0	0	5	0	0	1
transsexual:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
g[<u>eê</u>]nero:	145	212	44	22	18	66	82	16	23	145	20
interseccional:	0	23	0	0	0	1	0	0	0	0	1
negr:	27	108	105	4	23	142	4	1	12	91	173
indigena:	0	0	0	0	2	0	0	0	1	0	0
[i]ndio:	0	1	3	0	0	0	0	4	10	8	0
povos origina:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
asi[<u>aá</u>]tic:	0	1	0	0	4	0	4	0	0	0	0
branc:	7	22	7	4	19	10	5	3	21	56	25

afro:	12	49	21	1	5	70	0	4	5	40	7
pardo:	0	0	2	0	1	2	1	0	0	0	1
raça:	26	80	30	36	29	29	22	9	55	40	24
resist:	14	11	11	8	26	10	10	3	8	39	14
direito:	32	99	154	86	367	56	131	166	21	158	114
constitucional:	0	4	2	6	9	0	1	0	1	3	6
desigualdade:	14	13	28	10	27	32	9	9	1	18	8
equidade:	2	2	6	4	2	14	1	1	0	6	13
luta:	28	18	25	14	18	35	14	11	16	71	10
movimento social:	0	2	5	0	0	0	0	0	0	1	1
cidadania:	7	4	129	19	65	41	3	15	9	13	8
cidadão:	3	31	70	29	184	43	4	13	8	8	52
reparação:	4	5	2	25	5	10	2	19	3	20	6
resistência:	10	9	8	6	19	8	7	1	3	27	12
gay:	0	2	5	0	0	0	1	81	1	1	10
lesbi:	0	26	0	0	0	0	0	0	0	0	3
LGBT:	4	2	86	3	0	0	2	186	0	8	24
bissexua:	0	1	4	0	0	0	1	7	0	0	8
homossexua:	0	11	0	0	0	2	0	5	0	0	10
heterossexua:	0	9	0	0	0	0	0	0	0	0	4
pansexual:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
sexualidade:	3	22	6	0	0	1	0	3	0	6	22
subaltern:	0	11	0	0	1	3	0	0	0	20	0
transmodern:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
infantil:	1	1	13	3	12	10	0	3	15	8	16

criança:	5	6	38	16	41	32	0	15	85	24	20
autista:	0	3	2	0	0	4	0	0	0	0	28
libras:	0	0	8	1	0	1	0	5	0	0	11
surd[oa]:	0	0	78	0	1	1	0	0	2	1	31
surdez:	0	0	18	0	0	0	0	0	0	0	0
deficiência auditiva:	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	13
cego:	0	1	18	0	1	0	0	12	2	1	0
deficiência visual:	0	0	26	1	1	0	0	11	0	0	1
cadeirante:	0	0	1	0	1	0	0	2	0	0	0
pcd:	13	0	0	0	0	0	0	4	0	13	2
pessoa com deficiência:	0	0	12	0	4	4	0	1	1	0	1
neuroatípico:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
idos[oa]:	0	2	33	4	1	2	0	2	3	20	6
acessibilidade:	14	5	40	33	95	56	13	190	20	14	15
inclusão social:	4	0	17	10	5	8	3	4	4	1	2
movimento social:	0	2	5	0	0	0	0	0	0	1	1
fake news:	7	29	41	0	81	10	0	1	0	0	4
políticas públicas:	5	10	48	18	136	13	10	8	15	28	32
sustentabilidade:	4	6	16	69	16	8	2	12	34	4	1
sustentável:	0	2	53	50	20	30	6	7	6	2	9

Tabela 5: Ocorrências de termos (na íntegra) decoloniais 2021

TERMO	GT 1	GT 2	GT 3	GT 4	GT 5	GT 6	GT 7	GT 8	GT 9	GT1 0	GT1 1
latino american:	1	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0
am[eé]rica latina:	1	7	6	0	6	9	18	6	12	8	2
racis:	17	13	47	1	4	20	0	3	1	20	2
embranque[çç]:	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
branquitude:	0	1	0	0	0	1	0	0	0	8	0
negritude:	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0
antirracista:	1	0	5	0	0	1	0	0	0	0	2
colonial:	10	82	11	2	4	10	0	0	6	37	0
(?<! (de)) coloni al:	10	33	9	2	4	9	0	0	1	34	0
decolonial:	0	49	2	0	0	1	0	0	5	3	0
etnoconhecim ento:	0	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0
etnosaber:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
feminis:	36	18	99	0	0	33	4	2	0	32	2
mulher:	98	25	358	69	22	260	32	44	0	104	23
travesti:	0	0	3	0	2	1	0	0	0	3	0
transexual:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
transsexual:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
g[eê]nero:	40	167	111	11	28	214	43	7	3	26	8
interseccional:	5	0	1	0	0	5	0	0	0	2	0
negr:	103	135	222	5	7	167	0	6	1	21	1

indígena:	0	0	2	0	0	0	0	0	0	1	0
[ií]ndio:	0	4	11	2	0	0	0	0	0	2	0
povos origina:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
asi[aá]tic:	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0
branc:	7	11	23	2	24	29	2	15	2	16	3
afro:	10	33	12	1	4	16	1	2	1	19	1
pardo:	0	0	3	2	0	0	0	0	0	1	0
raça:	15	37	34	20	28	20	12	6	16	25	6
resist:	5	4	22	5	15	15	2	3	15	36	2
direito:	10	35	94	55	292	110	19	73	22	97	43
constitucional:	0	0	2	1	7	2	1	2	2	1	1
desigualdade:	5	3	45	5	37	35	3	4	0	12	2
equidade:	0	2	3	4	1	11	3	0	0	1	3
luta:	15	8	34	5	29	22	4	4	10	42	2
movimento social:	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0
cidadania:	2	1	16	8	42	36	4	3	6	13	9
cidadão:	2	4	26	30	215	26	15	13	3	21	34
reparação:	2	3	2	11	12	17	0	6	2	12	2
resistência:	3	3	17	3	9	8	2	2	11	28	2
gay:	0	3	0	0	4	8	0	0	0	8	0
lesbi:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	14	0
LGBT:	3	7	3	0	0	13	0	0	1	6	0
bissexua:	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0
homossexua:	0	13	0	0	0	3	0	0	0	10	0
heterossexua:	0	1	0	0	0	4	0	1	0	6	0

pansexual:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
sexualidade:	2	17	10	0	4	8	1	1	0	16	0
subaltern:	3	9	6	0	7	0	0	0	0	8	0
transmodern:	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
infantil:	11	5	1	1	7	4	0	0	1	5	3
criança:	11	4	13	4	47	24	0	2	2	4	6
autista:	0	0	0	0	31	0	0	1	0	0	0
libras:	0	3	0	0	0	0	0	6	0	2	0
surd[oa]:	0	0	0	1	0	0	0	63	0	1	0
surdez:	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0
deficiência auditiva:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
cego:	0	0	2	0	3	0	0	31	0	0	0
deficiência visual:	0	1	0	1	0	0	0	6	0	0	0
cadeirante:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
pcd:	0	0	2	0	0	0	0	10	0	0	0
pessoa com deficiência:	0	3	0	0	0	0	0	1	0	0	0
neuroatípico:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
idos[oa]:	1	0	19	3	3	14	0	8	1	24	1
acessibilidade:	3	2	7	8	8	2	2	162	2	1	24
inclusão social:	0	0	3	6	4	12	0	1	1	1	1
movimento social:	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0
fake news:	3	3	64	27	73	6	0	0	0	1	2

políticas públicas:	4	5	44	24	159	38	25	9	6	24	11
sustentabilida de:	0	11	3	138	6	21	7	16	2	4	2
sustentável:	0	12	27	182	8	70	3	9	0	17	21